



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ALINE BARBOSA DOS SANTOS

**EDUCAR OU CUIDAR? PARADIGMAS ACERCA DA PROFISSÃO DO MONITOR
DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

GUARABIRA

2021

ALINE BARBOSA DOS SANTOS

**EDUCAR OU CUIDAR? PARADIGMAS ACERCA DA PROFISSÃO DO
MONITOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de graduação em Pedagogia.

Área de concentração: Formação de professores

Orientador: Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira

GUARABIRA

2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237e Santos, Aline Barbosa dos.
Educar ou cuidar? paradigmas acerca da profissão do monitor da educação infantil [manuscrito] / Aline Barbosa dos Santos. - 2021.
63 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2021.
"Orientação : Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
1. Educação infantil. 2. Monitor. 3. Educar. 4. Cuidar. I.
Título

21. ed. CDD 372

ALINE BARBOSA DOS SANTOS

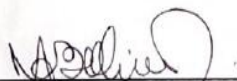
EDUCAR OU CUIDAR? PARADIGMAS ACERCA DA PROFISSÃO DO
MONITOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso de
Licenciatura em Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial do
título de graduada.

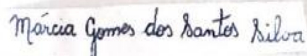
Área de concentração: Formação de professores

Aprovada em: 06/01/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira
(Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª Ms. Márcia Gomes dos Santos Silva
(Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª Dr. Ivonildes da Silva Fonseca
(Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, Maria da Paz e Edimilson, pelo apoio e incentivo, aos meus avós, em especial à minha avó materna, Maria de Fátima (*in memoriam*), por tantas noites que me esperou chegar da faculdade demonstrando seu amor e cuidado. Ao meu amor maior, meu filho Arthur Felipe, que trouxe luz e significado à minha vida, e as minhas sobrinhas Anne Julia e Ana Luísa, eles três são o meu maior motivo por lutar pela educação e por um mundo melhor pra todos, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, sempre ao meu Papai do céu, meu DEUS, pelo dom da vida, pela força, por ser sempre tão bom para mim, e que mesmo tendo chegado a desistir do curso Ele me deu uma nova oportunidade, e aqui estou concluindo para a glória e graça do SENHOR.

À minha mãe Maria da Paz, minha fonte de inspiração, mulher guerreira e admirável. Agradeço, por ser minha referência de mulher forte e batalhadora. Ao meu pai Edimilson Barbosa por ser um homem de caráter, batalhador, que nunca deixou faltar comida na nossa mesa e sempre deu o seu melhor por mim e minhas duas irmãs, somos agraciadas com pais maravilhosos que nos ofertaram uma boa educação.

Às minhas irmãs Amanda e Alice, por todo apoio pela amizade e companheirismo de vocês, tenho muito orgulho das mulheres maravilhosas que se tornaram.

Ao meu marido Felipe Targino pelo companheirismo, por ser compreensível e sempre apoiar as minhas decisões mesmo quando não está de acordo, obrigada por ser esse parceiro especial.

Aos meus avós: Antônia, Sebastião Elias, José Luiz e em especial minha avó materna (*in memorian*) Maria de Fátima, que quando ingressei na UEPB, dormia na casa da minha tia que é ao lado da casa dela, e por muitas noites ela esperava o ônibus chegar e ia encontrar comigo, após, colocava até mesmo a minha janta, uma avó sempre dedicada, amorosa, que fazia de tudo pelos seus netos, eu tive muita sorte em ter convivido com um ser tão especial como a minha *Voinha*.

Às minhas tias/amigas. Tia Das Neves, que sempre foi como uma segunda mãe para mim, e posso sempre contar com ela pra tudo. À minha Tia Maria, e Dindinha do meu Arthur, por sempre ser minha fiel companheira, a tia confidente que sempre me apoiou e me deu conselhos. E à minha tia de consideração Taís, e também Dinda de Arthur, pela sua amizade sincera, por muitas vezes me divertir com as travessuras de criança, além de sempre ter me dado conselhos para não desistir. Vocês três são muito especiais para mim.

Ao meu orientador Prof.º Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira, pela paciência, dedicação, comprometimento e toda orientação que foram essenciais para a elaboração deste trabalho.

Às professoras participantes da banca examinadora pela disponibilidade e contribuições para a melhoria deste trabalho. A todos os professores do curso de Pedagogia e de outras ciências pelos conhecimentos compartilhados ao longo do curso, me proporcionaram vivenciar

diversos aprendizados. À coordenação, auxiliares, todos os profissionais que compõem o Campus III da UEPB - Guarabira/PB, que de certa forma contribuíram de forma significativa na minha formação acadêmica e na minha formação de vida.

Às amigadas que construí e que levarei para sempre em minha vida, pois se tornaram parte da minha família, a minha “PATOTINHA”: Rayssia Nayanne, Juricelly Horácio, Daniele Amorim, Karolína Cruz, Rosângela Lima, e em especial Diego Tavares, conterrâneo da minha cidade, o qual era meu amigo antes do curso, que me aguentou durante essa jornada e tanto me ajudou. Vocês são os presentes mais lindos que a UEPB me proporcionou, obrigada por todos os momentos bons e ruins, por tornarem essa jornada menos árdua, mais divertida e leve. A gente por muitas vezes se “aperreava” com os trabalhos, mas no final tudo dava certo, porque trabalhávamos em equipe, nos ajudando e em parceria. Vocês são maravilhosos, eu tive muita sorte. E também à turma pelos momentos compartilhados.

Às amigadas de longa data: Iara, Andressa, Ana Paula, Letice, Renata, Alessandra Nascimento, Luciana, Gilka, Natália que tanto contribuiu na realização deste trabalho, e em especial à Fernanda Batista, pois foi a partir dela que ingressei na faculdade, a qual sempre se fez presente na minha vida.

A todos os meus familiares que de certo torcem por mim. Todos que direta ou indiretamente contribuíram no percurso da minha jornada acadêmica.

Enfim, gratidão a todos que estiveram ao meu lado nessa conquista, pois, nunca pensei que fosse alcançar, mas o amor de Deus não falha, e ao lado de pessoas que nos incentivam, podemos conquistar a concretização dos nossos sonhos.

Por isso, gostaria de expressar o meu muito obrigada!

Profissional da educação infantil.

O profissional da educação infantil
É visto como cuidador de criança.
Mas a verdade é que formam seres humanos,
E por meio deles há esperança.

Cuidando e Educando ao mesmo tempo,
Fazem o trabalho com amor.
Professor e monitor em prol do ensinamento,
Que seja transformador.

O monitor assim como o professor,
Também é um educador.
Pois, atua com as crianças,
É um importante mentor.

Mas, entorno da profissão,
Paradigmas ainda permanecem.
Levando a desvalorização,
Não são reconhecidos pela função que exercem.

Considerado apenas um Cuidador,
Ajudante do professor.
Que desempenha a função de babar...
Esses estigmas precisam acabar.

Na escola todos os profissionais,
Tem algo a ensinar.
Professor, monitor, gestor ou auxiliar,
Cada função exerce o educar.

É na fase de criança que mais aprendemos.
Portanto, é a que mais nos desenvolvemos.
A educação infantil é à base de tudo.
Ela determina o nosso futuro.

Sendo a educação infantil tão importante.
É preciso investir a todo instante.
E aos profissionais valorizar.
Para a educação de o Brasil melhorar.

(ALINE BARBOSA DOS SANTOS)

RESUMO

Educar e cuidar são ações em que por vezes há uma distinção entre ambas. No âmbito educacional, geralmente é atribuído o ato de educar para o professor, enquanto o de cuidar é direcionado ao serviço do monitor da Educação Infantil. Contudo, educar e cuidar são ações inseparáveis, então surge a indagação sobre o monitor, cuida ou educa? Diante à dicotomia dessas duas ações, e de como se originou a história da Educação Infantil, buscou-se como objetivo geral investigar os paradigmas em torno da função do monitor da Educação Infantil. Dessa forma, o presente trabalho discute sobre o papel desse profissional, bem como sobre a importância que este exerce para a educação das crianças. A abordagem metodológica será configurada como pesquisa de campo de cunho qualitativa, observando a abordagem, sendo um estudo de caso, realizado a partir da aplicação de questionários com profissionais que trabalham na área da Educação Infantil no município de Dona Inês/PB. Além de buscar o aporte em documentos que regem a Educação Infantil e em múltiplos autores como: Ariès (1981), Silva (2016), Oliveira (1992), Lima (2011), Dörr (2018), Freire (1996), Kopcak (2009), dentre outros. Os resultados sinalizam na direção de estarmos atentos sobre os paradigmas que cercam esta profissão, levando em conta o contexto histórico do surgimento da Educação Infantil e como esses paradigmas perpassam o tempo e o espaço, se materializando ainda na atualidade, promovendo uma desvalorização do trabalho que os monitores exercem no âmbito educacional.

Palavras-chaves: Educação Infantil. Monitor. Educar. Cuidar.

ABSTRACT

Educating and caring are actions in which there is sometimes a distinction between them. In the educational sphere, the act of educating is generally attributed to the teacher, while that of caring is directed towards the service of the monitor of Early Childhood Education. However, educating and caring are inseparable actions, so the question arises about the monitor, does it take care of or educates? Given the dichotomy of these two actions, and how the history of Early Childhood Education originated, the general objective was to investigate the paradigms surrounding the role of the monitor of Early Childhood Education. Thus, this work discusses the role of this professional, as well as the importance that he exerts for the education of children. The methodological approach will be configured as a qualitative field research, observing the approach, being a case study, carried out from the application of questionnaires with professionals working in the area of Early Childhood Education in the municipality of Dona Inês/PB. In addition to seeking input from documents governing Early Childhood Education and from multiple authors such as: Ariès (1981), Silva (2016), Oliveira (1992), Lima (2011), Dörr (2018), Freire (1996), Kopcak (2009), among others. The results indicate the direction of being aware of the paradigms that surround this profession, taking into account the historical context of the emergence of Early Childhood Education and how these paradigms permeate time and space, materializing even today, promoting a devaluation of work that monitors work in the educational field.

Keywords: Early Childhood Education. Monitor. Educating. Caring.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	35
Tabela 2 –	36
Tabela 3 –	36
Tabela 4 –	37
Tabela 5 –	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - A rotina do monitor de educação infantil.....	39
Gráfico 02 - Dificuldades e desafios da profissão do monitor da educação infantil	39
Gráfico 03 - Perspectivas dos monitores acerca de sua profissão	41
Gráfico 04 (A e B) - Relação entre ambos profissionais (monitor/ professor)	42
Gráfico 05 (A e B) - Compreensão do monitor/professor sobre o cuidar e educar	43
Gráfico 06 - Paradigmas acerca da profissão do monitor.....	44
Gráfico 07 - Importância da profissão para os monitores.....	45
Gráfico 08 - Formações no período de profissão.....	46
Gráfico 09 - Visão dos professores acerca do monitor da educação infantil.....	47
Gráfico 10 - Importância do monitor para os professores	47
Gráfico 11 - compartilhando a sala de aula com o monitor.....	48
Gráfico 12 - Classificação da experiência de se trabalhar com o monitor	49
Gráfico 13 - Função do monitor em tempos de pandemia.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1	Aspectos da Educação Infantil	15
2.2	Breve relato sobre a constituição histórica da educação infantil	17
2.3	Leis que regem a educação infantil	18
2.4	O profissional da educação infantil: contextos acerca da formação e o dilema do cuidar ou educar	23
2.5	O monitor (a) da educação infantil em torno dos paradigmas desta profissão	29
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	33
3.1	Tipo de Pesquisa	33
3.2	Público-Alvo	33
3.3	Instrumento de Pesquisa	34
3.4	Análise dos Dados	34
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICES – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	57

1 INTRODUÇÃO

No âmbito da Educação Infantil há dois processos que estão intimamente conectados: o educar e o cuidar. O primeiro está associado ao processo de ensino-aprendizagem, já o segundo relaciona-se ao suporte, cuidado, segurança e proteção para a promoção do bem-estar das crianças. Logo, ambos atuam conjuntamente, e para que seu exercício ocorra da melhor forma, há a necessidade de um trabalho de ampla atenção e dedicação.

Conforme Silva (2016), há muito tempo a relação do cuidar/educar vem sendo discutida no sistema educacional. A autora aponta que antigamente a educação era vista apenas como assistencialista, direcionada ao cuidar, sem se atentar acerca do processo de desenvolver a aprendizagem. No entanto, atualmente a educação básica é vista como mais importante na vida do educando. Logo, para melhor atender a esse público, dispõe do exercício profissional de professores e monitores. Tendo como requisito obrigatório a apresentação da graduação em pedagogia pelos professores, ensino médio completo por parte dos monitores. Dessa forma, por um lado, há teoricamente a distinção entre o exercício de ambos, educar para professores e, por outro, o do cuidar para os monitores.

Embora haja essa dicotomia entre cuidar e educar, estas ações são consideradas indivisíveis. Segundo Pedrosa (2008), quando se cuida não se está apenas atendendo as necessidades básicas da criança, é preciso reconhecer a amplitude de cada ato, pois mesmo diante dessa separação entre o cuidar e o educar o autor afirma não ser possível apartar essas duas ações, já que são conceitos indissociáveis. Entretanto, por volta dos profissionais atuantes que estão em contato diretamente com as crianças, o professor e o monitor, dentre eles, parecem haver uma distinção nas funções de cada um, e assim, quem cuida e quem educa possui tarefas separadas.

Partindo da experiência pessoal no cargo de monitora de creche, perguntas surgiram em relação a real função desse profissional, sobre a importância que representa no âmbito educacional, e se cuidar e educar é indissociável, por que o monitor é visto como cuidador?

Diante deste impasse, são expostos neste trabalho os paradigmas dos quais devem ser esclarecidos, na perspectiva de aperfeiçoar e transformar a prática educativa consciente de que somos seres inacabados, pois concordando com Freire (1996), é preciso sermos críticos e nos permitirmos vivenciar mudanças e transformações, sendo sujeitos éticos da procura e da ruptura, que reflete criticamente sobre a sua prática, inovando a práxis.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo trazer reflexões acerca do trabalho profissional do monitor da Educação Infantil, bem como discussões sobre o cuidar e o educar

– ações inseparáveis do seu serviço. Tendo como objetivo geral: investigar os paradigmas em torno da função do monitor da Educação Infantil, diante da dicotomia do cuidar e do educar. Como objetivos específicos, o nosso trabalho se propôs a discutir a função do monitor da Educação Infantil e os paradigmas que possui a partir da construção histórica, assim como buscamos analisar quais os desafios e perspectivas para essa profissão, verificando como ocorre a rotina no dia a dia do monitor e suas contribuições no cotidiano escolar, além de averiguar a relação professor-monitor no ato de cuidar e educar e apresentar os resultados da pesquisa sobre o profissional monitor, buscando elucidar sobre o papel do monitor e a importância desse profissional na educação infantil.

A abordagem metodológica será configurada como pesquisa de campo de cunho qualitativa, observando a abordagem, sendo um estudo de caso, realizado a partir de uma pesquisa de campo no município de Dona Inês, localizado na mesorregião do Agreste Paraibano. O público alvo desta pesquisa foram os monitores da rede de educação do município citado, também, procurou-se saber a opinião dos professores da Educação Infantil sobre o profissional monitor. O instrumento utilizado para coleta de dados foi aplicado a partir de questionários virtuais semiestruturados com questões fechadas e abertas por meio da plataforma *Google Forms*.

Como base teórica, foram utilizados textos de leis e documentos que regem a legislação da educação brasileira e autores como Ariès (1981), Silva (2016), Oliveira (1992), Lima (2011), Dörr (2018), Freire (1996), Kopcak (2009), dentre outros.

O trajeto desta pesquisa foi composto por levantamento bibliográfico e aplicação de questionário. O trabalho apresenta aspectos sobre a Educação Infantil, discorrendo sobre o exercício do profissional do monitor da Educação Infantil, falando sobre formação e o ato de cuidar e educar. Posteriormente, discutimos sobre o monitor da Educação Infantil, refletindo sobre a sua função, atribuições e os paradigmas que suscita essa profissão. Após isso, informamos sobre os aspectos metodológicos e depois apresentamos a pesquisa de campo, bem como a análise e resultados dos dados.

Os resultados mostram alguns paradigmas que envolvem a profissão do monitor, essa ideia de estigmatizá-los como meros cuidadores, suporte pedagógico ou, conforme o senso comum, “pau pra toda obra”, nunca os valorizando.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Aspectos da educação infantil

Antes de iniciar falando sobre o profissional da Educação Infantil, precisamos compreender sobre a importância desta etapa escolar na vida da criança, como também devemos atentar para um breve resumo sobre os aspectos históricos que deram início ao que conhecemos atualmente como Educação Infantil no nosso país, uma vez que é necessário conhecer um pouco sobre o passado, pois é o processo histórico que nos permite compreender a construção desse profissional. A educação como conhecemos atualmente veio se consolidando aos poucos, de acordo com as necessidades do povo, visto que as transformações são constituídas através de um processo sócio-histórico. E muitas dessas mudanças ocorrem por meio de muitas lutas, assim como diversos outros programas que atendem a população brasileira.

A primeira etapa da educação básica, ou seja, a Educação Infantil, é uma das mais importantes na vida de um indivíduo, haja vista que é nessa fase que mais aprendemos, por estarmos em desenvolvimento, diversos aspectos do nosso cérebro, atrelados ao nosso desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Assim, o caráter e a personalidade do sujeito vão sendo construídos, sendo exatamente nesta fase que se define muito de quem será esse sujeito futuramente, influenciando, de certa forma, de maneira positiva ou negativa nos próximos anos de sua vida escolar.

Assim sendo, é de extrema importância que a Educação Infantil seja vista com um olhar mais atento, isto é, que seja mais investido nesta etapa educacional, a qual é tão significativa e determinante na vida dos sujeitos. Pereira (2011)¹, traz informações de que estudos indicam que os investimentos nas crianças são mais eficientes e garantem maiores retornos do que qualquer outro investimento público ou privado. Desse modo, temos estudos especializados que comprovam essas teorias, não são fatos isolados ou apenas suposições, e sim fatos comprovados, visto que essa fase é a etapa na qual o cérebro mais se desenvolve, segundo o autor:

A maior parte do desenvolvimento do cérebro acontece antes que a criança atinja três anos de idade. Em um curto período de 36 meses, as crianças desenvolvem suas habilidades de pensar e falar, aprender e raciocinar, e lançam os alicerces para seus valores e comportamentos sociais quando adultos. (PEREIRA, 2011, p. 01).

¹ Extraída do Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2011.

Uma vez que o início da vida educacional é o momento mais importante de uma criança, em que mais se aprende e desenvolve, torna-se o alicerce para os anos futuros. Podemos fazer uma comparação: se o alicerce de uma casa não for bem feito, bem estruturado, no passar do tempo teremos complicações e a casa pode chegar a desmoronar. Assim também acontece com os nossos estudos, com a educação que recebemos. Se no início da nossa vida educacional, na Educação Infantil, não dispomos de uma boa educação, se não temos acesso a ensinamentos em que haja diversos estímulos, que priorizem a criança e a reconheça como um ser ativo, possibilitando o seu desenvolvimento integral nos mais diversos âmbitos, ou seja, se não atendemos os seus aspectos globais, a criança não terá uma boa base, conseqüentemente no futuro essa criança terá diversas “rachaduras”, ou seja, pode ter várias dificuldades na aprendizagem, por seu alicerce ter sido falho, podendo dar origem a complexidades ao longo dos seus estudos, conforme Pereira (2011):

Esta fase é decisiva para a formação da personalidade do indivíduo que junto com as transformações bioneuropsíquicas e comportamentais estabelecem os alicerces necessários à construção do ser humano. O equilíbrio futuro deste indivíduo dependerá da harmonia em que ocorreu esse processo. (p. 01)

Devido à importância que esta fase acarreta, a qual é decisiva na vida da pessoa, torna-se imprescindível que os profissionais que atuam diretamente com as crianças sejam valorizados. Para que de fato seja garantido o que consta nas leis, é preciso que haja um investimento na profissão dos educadores (professor, monitor, cuidador etc.), pois eles são determinantes na vida educacional da criança.

Atualmente a Educação Infantil é bastante valorizada, mas nem sempre foi prioridade, ou mesmo vista como âmbito educacional, uma vez que até mesmo a sua existência é algo recente. Se a educação infantil é algo que por muito tempo não teve um olhar mais atento voltado para a criança, não priorizando este público nem respeitando em suas particularidades, será que os profissionais que atuam nessa área são? Quais paradigmas em torno do profissional que trabalha diretamente com as crianças? O monitor, assim como o professor, tem sua parcela de importância na educação das crianças? Ou é apenas um cuidador?

A educação infantil passou por diversas transformações, porém ainda tem muito a melhorar. É preciso que haja uma valorização desses que atuam diretamente com as crianças para que de fato se efetive o que consta nas leis que regem a Educação Infantil.

Assim, para compreendermos melhor sobre o profissional dessa área, vejamos um breve histórico sobre como ocorreu o início desse nível educacional.

2. 2 Breve relato sobre a constituição histórica da educação infantil

A Educação Infantil é algo recente, que foi se modificando de acordo com as transformações da sociedade. Antigamente não se tinha um olhar voltado para as crianças como seres que necessitam de atenções específicas. Por não haver um sentimento em relação às crianças, não se tinha a ideia de infância. Segundo Lima (2011), estes indivíduos tiveram por muito tempo o direito de infância negado, em razão de não serem reconhecidas como sujeitos históricos que participam e colaboram com a cultura diante dos seus aspectos específicos, pois não havia respeito às suas individualidades, ignoravam suas particularidades, e não eram observadas as distinções entre os adultos e crianças, em suas vestimentas e lugares os quais frequentavam, dado a falta de conhecimento em relação ao que se adequa às crianças.

Consequentemente, por não existir esse sentimento de diferenciação entre adultos e criança, Ariès (1981), narra aspectos da infância que se passava na Europa:

Sendo a infância negada no período medieval, as crianças eram percebidas como insignificantes como homens em tamanho reduzido, a criança deixava os cueiros, ou seja, a faixa de tecido que era enrolada em torno de seu corpo, ela era vestida como os outros homens e mulheres de sua condição. (p. 33).

Desse modo, o autor traz aspectos por meio dos quais podemos perceber que as crianças eram consideradas como adultos em miniatura, não havia separação do que é de adulto e do que é das crianças. Além disso, não existia uma distinção entre as vestimentas, frequentavam os mesmos ambientes, como também desenvolviam atividades e serviços da mesma forma.

No Brasil colonial (1530-1822), essa realidade das crianças chegou de forma semelhante a como era vivenciada na Europa, com essa visão de insignificância, tanto que as condições as quais as crianças chegavam nas embarcações no Brasil eram bastantes precárias, sendo exploradas, sofrendo vários tipos de negligências e maus tratos, dos quais suas vidas estavam entregues à própria sorte, e muitas vezes chegavam a padecer durante as viagens.

Os primeiros responsáveis pelo ensino às crianças foram os Jesuítas. Melo (2020), cita o historiador Rafael Chamboleyron, o qual analisa os primeiros anos de chegada dos Jesuítas ao Brasil, afirmando que “além da conversão do ‘gentio’ de modo geral, o ensino das crianças [...] fora uma das primeiras e principais preocupações dos padres da Companhia de Jesus”

(CHAMBOULEYRON, 2015, p. 55, *apud* MELO, 2020, *s/p*), iniciando então, o método *Ratio Studiorum*.

Os Jesuítas tinham como objetivo catequizar o ensino das “crianças da terra”, isto é, os índios, que eram enxergados como uma espécie de “tábua rasa”, e aprenderiam os conceitos cristãos. Desse modo, Rizzini e Pilotti apontam que “[...] ao cuidar das crianças índias, os Jesuítas visavam tirá-las do paganismo e discipliná-las, inculcando-lhes normas e costumes cristãos, como o casamento monogâmico, a confissão dos pecados, o medo do inferno” (2011, p. 17). Dessa forma, a fim de dominá-los e impor-lhes o cristianismo.

Podemos verificar que a Igreja Católica, desde o início da formação do Brasil, e por muito tempo, foi responsável pelos cuidados e ensinamentos das crianças. Diante das ideias advindas da Europa, no tocante à criança e o conceito de infância, influenciaram diretamente na construção destes no Brasil, promovendo as políticas educacionais na perspectiva do assistencialismo.

Um grande avanço é verificado com a Constituição Federal de 1988, reconhecendo o dever do Estado com relação à educação, sobretudo à creche, conforme o “Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA, 1988).

2. 3 Leis que regem a educação infantil

Dado o enredo da história da Educação Infantil, quando sucede o reconhecimento da criança em seus aspectos particulares surgem incitações para a construção de políticas públicas que atendam esse público. Compreende-se que por serem indivíduos que necessitam de assistência de maneira que também sejam educadas, é preciso legalizar a garantia de seus direitos.

Assim, ao buscar a efetivação dessa estimativa, são promovidas legislações que dizem respeito à educação voltada à primeira infância. As leis surgem com o intuito de garantir seus direitos, como também buscam efetivar o que está empregado no papel, e então somar na qualidade. Diante das mudanças de sentimento em relação à criança e sua infância, ocorre a compreensão que esta é um ser divergente do adulto, e carece ter suas especificidades respeitadas e assistidas, sendo dever da família, da sociedade, do Estado e de todos, assegurar suas condições de cidadãos nas particularidades que condizem a esses sujeitos em questão.

Sendo assim, a Constituição Federal, conforme citado no capítulo anterior, foi promulgada com o objetivo de garantir os direitos das crianças, trazendo discussões sobre como efetivar tais direitos. Discorrendo acerca do assunto que explicita que a promoção do bem-estar desses indivíduos é dever de todos, dando ênfase na garantia que o Estado deve possibilitar o direito à vida, assim como todos os aspectos relacionados à dignidade dos infantes, principalmente no tocante à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, dentre outras características fundamentais para o desenvolvimento biopsicossocial. Sendo assim, as crianças precisam ser respeitadas e defendidas de qualquer atitude de negligência que venha infringi-las, buscando evitar qualquer tipo de violação de direitos.

Dessa forma, no que concerne a respeito da educação, é por meio da Constituição de 1988 que é reconhecida a garantia da educação voltada às crianças pequenas. É citado em seu artigo 208, inciso IV, que será ofertado o atendimento da Educação Infantil “em creche e pré-escola às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1998, p. 63). Por sua vez, sendo reconhecidos como sujeito de direitos, a Educação Infantil passa a ser de caráter educativo para além do cuidar e de apenas dar assistência.

Mais tarde, em 1990 é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A proposta é detalhar o que traz a constituição, o referido marco legal tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, livrando-os de qualquer forma de negligência, seja de exploração, violência, discriminação, ou qualquer crueldade acometida a esses indivíduos. A Lei federal nº 8.069/90, advém com o intuito de enfatizar esses direitos. Podemos verificar que

O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei fed. 8.069/1990, também conhecido como ECA, explicitou melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente bem como os princípios que devem nortear as políticas de atendimento. Determinou ainda a criação dos Conselhos das Crianças e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares. Os primeiros devem traçar as diretrizes políticas e os segundos devem zelar pelo respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes, entre os quais o direito à educação, que para as crianças pequenas incluirá o direito a creches e pré-escolas. (CRAIDY, 2001, p. 24).

Desse modo, é muito mais do que um simples documento jurídico. O Estatuto traz inúmeras possibilidades de garantir os direitos de crianças e adolescentes, como também norteou os órgãos responsáveis pela fiscalização das políticas públicas voltadas para a infância, a fim de impedir desvios e corrupção em torno dos seus direitos. O ECA possibilitou a oportunidade de a criança ser criança, tendo “Direito ao afeto, direito de brincar, direito de

querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer atores do próprio desenvolvimento.” (FERREIRA, 2000, p. 184).

Seguidamente, é criada a lei nº 7.939/96, a chamada LDB (Leis de Diretrizes e Bases), a qual trata sobre a composição dos níveis escolares, sendo que a Educação Infantil é sucedida como a primeira etapa da educação básica. No capítulo II da seção II, o qual se refere à Educação Infantil, em seu artigo 30 é relatado sobre onde será oferecido esse ensino, a saber: “I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade”. (BRASIL, 1996, p. 22). Dividindo, portanto, o ensino infantil em duas etapas.

Como as crianças passaram a ser reconhecidas como sujeitos de direitos, conseqüentemente é preciso ter uma educação voltada para o seu desenvolvimento integral. Dessa forma a LDB trata em seu artigo 29 sobre:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, p. 22).

A Educação Infantil é o início da fase escolar da vida de uma pessoa, é a base para os próximos anos de ensino. Sendo que visa contemplar todos os aspectos da criança, tendo por objetivo possibilitar o seu desenvolvimento de forma integral. Sendo que a Educação Infantil é concebida como uma ação que complementa a educação que a família deve oferecer, ela não tem o intuito de classificar o ensino.

Dando seqüência aos documentos criados para melhor atender a educação, em específico a Educação Infantil. Em 1998 é publicado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), que propõe a adoção de uma definição mais específica sobre o conceito de infância destacando que “A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico”. (BRASIL, 1998, p. 20). Logo, é evidente que a criança não é um papel em branco, ela não vem do nada para iniciar suas aprendizagens, pelo contrário, ao chegar à escola ela já carrega com ela muitas aprendizagens adquiridas através da sua realidade sociocultural.

O RCNEI contém como parte dos documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os quais reúnem objetivos, conteúdos e orientações didáticas, um norte de como melhor trabalhar com a Educação Infantil. Tendo sido formulado pelo MEC (Ministério da Educação),

sendo considerado uma ferramenta auxiliadora para realizar o trabalho educativo, que de acordo com Bezerra:

Vale ressaltar que o Referencial, por ser um documento oficial elaborado pelo MEC, deve ser compreendido enquanto auxílio na prática pedagógica da Educação Infantil, sendo este um elemento norteador e não limitador, tendo em vista sua relevância nas concepções que perpassam suas propostas, as quais são enfatizadas no desenvolvimento integral da criança pequena. (2007, p. 50).

Portanto, é um instrumento de total relevância, sendo que o intuito é orientar e nortear o trabalho com as crianças. Lima (2011), também nos relata que mesmo sendo um documento de suporte de grande contribuição para a prática pedagógica, mesmo assim foi alvo de muitas críticas. A autora ainda faz uma ressalva dizendo que não há receitas prontas e o objetivo é estimular as reflexões.

Em 2006 ocorreu uma alteração na LDB, em que o acesso ao Ensino Fundamental foi antecipado para os seis anos de idade. O que antes constava na LDB, era que a Educação Infantil deveria ser ofertada às crianças de 0 a 6 anos, com essa alteração passa a ser considerado até os 5 anos de idade, pois a partir dos 6 anos a criança já é inserida no nível fundamental. Essas mudanças realizadas para regulamentar as modalidades de ensino ocorrem a partir da lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, alterando os artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei 9.394/96 (BRASIL, 2006).

Por volta de 2009, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos de idade, por meio da publicação da Emenda Constitucional nº 59, de novembro do mesmo ano. Contudo, foi a partir da publicação da Lei nº 12.796/2013 que ficou estabelecida a contemplação às crianças e obriga, a partir dessa idade, inseri-las na escola. Dessa forma, torna-se obrigatória a inserção da criança a partir dos 4 anos de idade no âmbito educacional. É narrado em seu Art. 6º “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.” (BRASIL, 1996, p.11). No entanto, o ensino nas creches continua uma opção inseri-la ou não.

Ainda em 2009, ocorre a publicação da segunda versão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), publicada por meio da Resolução Nº 05/2009, surgindo para orientar o planejamento curricular das escolas. Este documento propõe a organização por eixos de interações e brincadeiras. Utilizando de articulações que favoreçam o desenvolvimento, avaliando as propostas pedagógicas.

Na atualidade, é imprescindível a responsabilidade na educação coletiva das crianças, sendo complemento da educação familiar. As instituições devem promover a igualdade e o

pensamento crítico dos seus alunos, por assim efetivar a função sociopolítica sobre equidade, que construa as suas identidades e tenham acesso à cultura, dentre outras políticas. As novas demandas de ensino são bastantes grandes, visto a necessidade de contemplar as crianças de modo global. Portanto, a DCNEI expressa uma nova concepção de criança que inspira e acarreta novas práticas pedagógicas. O referido documento relata que:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p.12)

Desse modo, fica claro que são atores da sua própria história, que pensam, criam situações, têm capacidade de resolver e aprender a partir do cotidiano, adquirindo saberes por meio das suas experiências. Devemos preservar pela valorização das suas singularidades, promovendo situações e estímulos para que possam se desenvolver plenamente. Assim, objetiva os currículos contemplar diversos temas para o processo educativo, se comprometendo com a democracia e a cidadania, além de abordar sobre diversos gêneros e romper com as relações de poder, dentre outros. O DCNEI tinha como missão substituir os RCNEI que auxiliavam as práticas pedagógicas, porém não houve sucesso.

Outro ponto em questão, é o marco conceitual sobre a indissociabilidade entre o cuidar e o educar, no qual um não existe sem a presença do outro. Assunto que até hoje provoca muitas incertezas e divisões sobre essas ações.

Em 2014 foi promulgada a universalização da pré-escola e ampliação das creches com o Plano Nacional de Educação (PNE) para seu decênio 2014-2024, a qual objetiva a determinação de diretrizes, metas e estratégias para guiar as políticas educacionais, tendo sido instituída pela lei nº 13.005/2014.

No ano de 2015 foi pensada e debatida em ampla discussão e democratização, a Educação Infantil numa Base Nacional Comum Curricular. Contudo, somente em 2017 que foi homologada a novidade da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo o intuito de instituir e orientar a implantação de um planejamento curricular ao longo de todas as etapas da Educação Básica. Sendo assim:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2018, p. 7).

Logo, a Base somente veio a acrescentar, enfatizando o que os outros documentos já trazem, dialogando com os mesmos, a fim de melhor orientar a educação, propondo tornar a educação comum a todos, garantindo os direitos relacionados à aprendizagem e ao desenvolvimento, uma vez que:

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2018, p. 7).

No que se refere à Educação Infantil, ela dialoga com a DCNEI, mas traz um detalhamento maior ao listar os objetivos de aprendizagem, discorrendo sobre os eixos que estrutura a prática pedagógica, a BNCC se organiza em seus campos de experiência dos quais se definem os objetivos de aprendizagens e desenvolvimento. Dessa forma, percebe-se que “Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2018, p. 40).

Portanto, é por meio das leis que regem a Educação Infantil que é determinado e orientado o trabalho a ser realizado com as crianças. As leis são criadas com o propósito de promover regras e impor obrigações às quais todos devem se submeter, a fim de melhor atender e garantir os nossos direitos.

No próximo capítulo abordaremos o trabalho do profissional que trabalha com as crianças, discutindo sobre a sua importância, como também esse impasse entre o cuidar e o educar e a verificação de que esses conceitos são indissociáveis.

2.4 O profissional da educação infantil: contextos acerca da formação, e o dilema do cuidar ou educar

Por muito tempo as instituições voltadas para o atendimento às crianças foram voltadas à assistência aos pobres, as creches se destinavam às populações carentes, com o objetivo dessas crianças serem cuidadas. Dessa maneira, surge o profissional da Educação Infantil, o qual é visto como um cuidador.

A forma como ocorreu a história da Educação Infantil influenciou como é reconhecido o profissional desta área. Antigamente o profissional responsável pelos cuidados das crianças

era o que hoje conhecemos por professor, a finalidade de seu trabalho era assistencialista, apenas cuidar das crianças não havia intenção em educá-las.

De acordo com a história, antes de tudo, foram cuidadores, sendo designados para apenas cuidar das crianças que se encontravam na creche, sem preocupações pedagógicas ou processos de aprendizagem. A creche também era um lugar de depósito de crianças onde ficavam para que os pais pudessem ir trabalhar. (DÖRR, 2018, p.16).

As creches, por terem como objetivo apenas o cuidar, sendo um lugar de depósito e de assistência às crianças, o profissional que ali atuava era, conseqüentemente, designado a ser um cuidador. Para tanto, não havia necessidade de ser qualificado, qualquer um que tivesse jeito com criança poderia executar a tarefa.

Segundo Dörr (2018), era comum que os cuidadores não tivessem formação no âmbito da educação, pois “[...] eram pessoas sem formação adequada para trabalhar com estas crianças e educá-las; o que sabiam eram conhecimentos leigos, estes de casa, sobre como se educavam os filhos” (p. 16.). Não havia necessidade de ter formação, porque não se pensava em desenvolver ações voltadas para educar, a prioridade era somente cuidar e manter o bem-estar delas, assim, o que era exigido era que esses profissionais tivessem conhecimentos básicos do lar, pois saber cuidar de crianças já era o necessário.

Com o conceito passando por mudanças historicamente, diante das concepções que são atribuídas ao sujeito, o qual passa a ser reconhecido como ser de direitos que deve ter suas particularidades garantidas, inicia-se uma série de leis a fim de efetivar esses direitos. Passou-se a compreender que a criança precisa de uma aprendizagem digna que supra suas necessidades, conforme a mesma autora “Então começou a se pensar em um profissional qualificado para auxiliar no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança.” (DÖRR, 2018, p.16).

Ao constatar que apenas cuidar de crianças já não era suficiente para garantir o que era proposto ao atendimento voltado para elas, começa a se pensar em programas de formação que buscam servir como base para esses profissionais promover um melhor serviço, atualmente temos plena convicção de que,

Dessa forma, é possível compreender que as pessoas que trabalham diretamente com as crianças precisam estar continuamente se formando, para exercer sua função da melhor maneira possível, de forma a favorecer o desenvolvimento infantil em diversos aspectos, promovendo a ampliação das experiências das crianças e de seus conhecimentos (FREIRE, 2006, p. 78).

É por meio dos conhecimentos adquiridos com a formação, que o profissional que atua diretamente com as crianças, vai poder possibilitar o amplo desenvolvimento, cumprindo com o dever de garantir os seus direitos. A formação é algo importantíssimo para que o profissional desenvolva um trabalho com excelência. Sabendo o porquê vai ensinar determinados assuntos, ele não trabalha com o imprevisto, pois tem referências e conhecimentos para desenvolver melhor o seu trabalho. Logo, com intuito de obrigar o profissional a buscar formação, as leis impõem como pré-requisito que somente pode atuar aquele que tiver formações específicas.

A LDB, em seu Art. 61, descreve que se consideram profissionais da educação escolar básica os que nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

- I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamentais e médio;
- II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;
- III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.
- IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do *caput* do art. 36; e
- V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. (BRASIL, 1996, p. 41-42).

Assim, fica claro que o profissional deve ter formação na área, entretanto, alguns cargos solicitados em concursos públicos e contratos para trabalhar com crianças solicitam apenas o ensino médio completo.

Dada a importância que tem o profissional da Educação Infantil, adquirir formação para melhor atender as crianças e garantir o pleno desenvolvimento. Pois, como já citado, é a partir dos conhecimentos que melhor desenvolve o trabalho, sendo de grande relevância para assim obter qualidade, porque quando temos conhecimento sobre a teoria podemos promover melhor a nossa prática. “[...] cabe enfatizar que a teoria é prenhe de prática, gerada por ela e voltando-se para ela de forma crítica” (KRAMER, 1994, p.17). Desse modo, é notório que teoria e prática estabelecem uma ligação, pois elas se conectam, diante da teoria exercer a prática, e ao desenvolver a prática, à vista de reflexões, retomar a busca pelas teorias. Tão logo, ambas mantêm sempre essa interligação.

Assim, com o requisito para ser professor, em que precisa ter formação em pedagogia ou curso normal, devido às exigências para se trabalhar com as crianças, deve realizar-se em cunho pedagógico, promovendo educar, e não como antes, em que visava apenas dar assistência cuidando delas enquanto suas mães trabalhavam. Podemos perceber que já não mais qualquer pessoa que tem habilidade com crianças pode exercer função de professor, por isso como já mencionado, requer preparação, diante das especificidades no atendimento aos alunos, é preciso estar em constante formação.

Por conseguinte, com o professor direcionado ao propósito de educar, nasce um profissional designado aos cuidados com intuito de auxiliar o docente. Com tal característica, este intitulado como auxiliar, pajem, berçarista, recreacionista ou monitor, agora tem o papel designado que antes pertencia ao professor.

Com a atuação destes profissionais, surge uma dicotomia entre o educar e o cuidar. O educar é considerado por muitos como sendo o trabalho do professor, e o cuidar como o serviço do monitor.

Embora todos os profissionais estejam assegurados pela lei, ainda existem algumas ambiguidades que devem ser pensadas para desconstruir discursos, como o Ministério da Educação realiza há algum tempo, traçando uma clara distinção entre o professor e o monitor. Em alguns documentos, o monitor auxiliar de turma é designado para cuidar enquanto o professor se dedica ao ensino e à educação. (DÖRR, 2018, p. 19).

Atualmente esse estigma ainda é perpetuado nessas profissões, sendo designado um aos cuidados e o outro ao ensino. No entanto, um não se separa do outro, não são ações divisíveis. Pois, só se educa cuidando, e só se cuida educando.

Essas duas concepções de serviço: cuidar e educar estão relacionados com a formação inicial da professora, uma vez que se exige pouca ou nenhuma formação para aquela que somente cuida, e exige-se uma formação de maior qualidade para aquela que educa. Em ambos os casos, tanto uma modalidade de atendimento quanto a outra, deixam a desejar, pois, ao priorizarem um aspecto em detrimento do outro, não desenvolvem uma proposta de trabalho integrado junto à criança pequena. (PASCHOAL; AQUINO, 2007, p. 193. *apud* SILVA, 2016, p. 25).

Desse modo, é por meio dessa distinção entre o cuidar e o educar categorizando quem é formado ou não, se distingue também o papel de cada um, separando então as ações (estas que não devem e não se separam). Por conseguinte, acaba por prejudicar a criança, pois quando trabalhado isoladamente essas duas ações não efetivam a proposta de trabalho integrado, que tem como intuito o desenvolvimento completo delas.

Para tanto, no que diz respeito ao cuidar, conforme o RCNEI: “A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades” (1998, p. 24). Desse modo, é visível a relação de ambas, pois, educar também envolve possibilitar guiar a criança para o desenvolvimento humano de maneira integral, propiciando situações significativas de aprendizagem que ajude na construção de conhecimentos, os quais promovem sua autonomia e independência.

Trazendo também o conceito do brincar, o RCNEI explana sobre o educar que se efetiva por intermédio das ações que envolvem o cuidar e o brincar, visando o desenvolvimento das crianças, desse modo, “Educar significa, portanto propiciar situações de cuidados, brincadeiras, aprendizagens orientadas de forma integrada” (1998, p. 23).

O cuidar e o educar são ações que fazem parte da história da Educação Infantil, pois é algo do seu íntimo, que fazem parte inerente da educação da criança, dado que antes somente visava o cuidar, hoje se compreende que a educação é um direito da criança desde que vem ao mundo, que de acordo com Santos,

No decorrer dos tempos, a história da educação infantil no Brasil teve diferentes mudanças na sua função, pois o papel das instituições visava apenas o cuidar, não havia a preocupação de educar as crianças de zero a cinco anos. Anteriormente, as instituições infantis somente atendiam as crianças socioeconomicamente desfavorecidas, por possuírem visão assistencialista, atualmente, passaram a ter o papel de educativa, ou seja, o cuidar e o educar fazem parte intrinsecamente da educação da criança, pois a educação é um direito da criança desde o seu nascimento. (SANTOS, 2007, p. 7. *apud* SILVA, 2016, p. 16).

É evidente que houveram transformações na Educação Infantil devido as suas funções no atendimento. Com esse novo olhar, a criança torna-se um ser que tem suas necessidades, as quais devem ser garantidas por meio dos direitos, diante da ideia que não se busca apenas cuidar e sim que é preciso educá-las, e esse educar deve propiciar o desenvolvimento da sua autonomia, visando o exercício da cidadania.

Proporcionar o desenvolvimento completo da criança é uma visão da atualidade. Antigamente, somente havia preocupações com a alimentação, higiene, saúde, cuidados físicos, assistencialistas, não se realizavam ações pedagógicas voltadas ao desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor. É somente quando a sociedade se modifica que o pensamento muda em relação ao atendimento oferecido às crianças, logo, são desenvolvidas ações para educar buscando possibilitar um pleno desenvolvimento.

Diversos documentos voltados para garantir os direitos desses sujeitos impõem que os profissionais devem exercer o seu trabalho visando promover o desenvolvimento integral das crianças. Podemos observar como exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 53 nos ensina que: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, [...]”. (BRASIL, 1990, p. 34). Informando, ainda, em seus incisos I, II e V, que as crianças e adolescentes têm direito à igualdade para ter acesso e permanência no âmbito educacional, direito a serem respeitadas e terem acesso à escola pública de forma gratuita e perto de sua residência.

Ainda a respeito desse tópico, enfatizamos que o cuidar e o educar, embora sejam vistos como atos distintos, tratados separadamente, são indissociáveis. Ou seja, não há como serem trabalhados separadamente, pois o profissional da educação infantil precisa contemplá-los em seu serviço. Dessa forma,

[...] os conceitos de Cuidar/Educar é proporcionar as crianças atividades que estimulem e desenvolvam suas habilidades individuais, a confiança em si, a socialização entre elas - educando para conviver com o próximo – trabalhando, assim o lado afetivo, cognitivo e motor de cada criança. (SILVA, 2016, p. 19).

Ao contemplar esses dois atos, cuidar e educar ao mesmo tempo, contribuímos de maneira significativa ao desenvolvimento dos alunos. Assim sendo, temos por obrigação favorecer ambas as ações em prol do desenvolvimento das crianças.

Desse modo, em todos os momentos, tanto o cuidar como o educar, devem se fazerem presentes. Vejamos um exemplo em que podemos contemplar o educar no momento de cuidados. Como exemplo no momento da refeição:

Quando obrigo uma criança a comer determinada fruta só porque estou mandando ou impulsionando, eu não estou cuidando, apesar de está-la alimentando. Contudo, se eu explico os benefícios que certa fruta traz, mostrando a criança que tal fruta é saborosa, importante para a saúde, boa para os dentes e que toda criança precisa se alimentar de produtos naturais, certamente estarei cuidando e educando ao mesmo tempo. (SILVA, 2016, p. 22).

A autora traz elementos essenciais que nos mostra que não precisa ser imposto, devemos ter mais sensibilidade ao atender as crianças, pois os cuidados também podem ser desempenhados de forma pedagógica. Tudo depende da maneira como se trabalha, isto é, como é exposto à criança.

É imprescindível que cuidar e educar estejam relacionados e não separados, visto que toda criança precisa de ambas para suprir suas necessidades e assim promover um desenvolvimento completo. É preciso romper barreiras que separam essas duas ações, derrubar paradigmas de que um cuida e o outro educa, de que cuidar refere-se aos cuidados físicos, enquanto o educar é para os ensinamentos.

[...] a dicotomia muitas vezes vivida entre cuidar e o educar deve começar a ser desmistificada. Todos os momentos podem ser pedagógicos e de cuidados no trabalho com crianças de 0 a 5 anos. Tudo dependerá da forma como se pensam e se procedem as ações. Ao promovê-las proporcionamos cuidados básicos ao mesmo tempo em que atentamos para a construção da autonomia, dos conceitos, das habilidades, do conhecimento físico e social (CRAIDY; KAERCHER, 2001, p. 70).

É importante que se comece a desmistificar essa ideia de separar o cuidar e o educar. Porém, somente vencemos esse impasse quando os profissionais adquirem conhecimentos sobre o assunto, e os colocam em prática. Dessa forma, as formações são atos essenciais para que de fato o ensino contemple educar e cuidar de verdade.

Sendo assim, quando houver a valorização do profissional da educação infantil e ele for bem visto, de fato as propostas para melhorias no âmbito educacional melhorará, pois são peças fundamentais para executar o trabalho de acordo com o que é estabelecido pela legislação, uma vez que são eles que atuam diretamente com as crianças e serão determinantes durante esse processo de desenvolvimento dos indivíduos.

Uma vez que é por meio desses profissionais, os quais têm contato diretamente com as crianças, sendo em grande parte determinantes para a efetivação do desenvolvimento pleno desses indivíduos. Por este motivo, o próximo tópico irá abordar sobre o profissional monitor da educação infantil, profissão esta que é cercada por paradigmas, em que é bastante desvalorizada, mas como atua diretamente com as crianças torna-se de grande significância, pois influencia na vida escolar delas, sendo determinante a conduta que este profissional desempenha em seu trabalho.

2.5 O monitor da educação infantil em torno dos paradigmas desta profissão

Em decorrência da exigência para que o professor tenha formação e desenvolva atividades pedagógicas contribuintes na educação das crianças, surge outro profissional, designado para tratar dos cuidados e de momentos de recreação das mesmas. Profissionais estes conhecidos como: recreacionista, pajem, berçaristas, monitores, entre outros – de

nomenclaturas diferentes, mas que têm o mesmo papel. Para que exerçam tais funções, não são exigidos desses profissionais conhecimentos científicos nem formação superior.

O profissional monitor, apenas tem como critério obter o ensino médio completo ou cursando o ensino médio habilitado no magistério. Tendo como principais funções o cuidado com a higiene pessoal, com a alimentação, com a segurança e o zelo pelos cuidados gerais, promovendo o bem estar das crianças. E além dos cuidados, também contribuem em atividades pedagógicas.

O edital do concurso público em Dona Inês de 2015² discorre sobre as atribuições desse profissional,

Na execução das atividades da área, cabe ao servidor: Apoiar o educador nas ações de cuidar e educar, procurando se espelhar em sua maneira de agir, falar e gesticular; auxiliar as crianças na higiene pessoal, sempre que necessário e nos horários estabelecidos pela coordenação [...]. (DONA INÊS, 2015, s/p).

Ainda em uma descrição mais detalhada o edital enfatiza que o monitor deve,

[...] Colaborar com o educador na hora do repouso, organizando os colchonetes, lençóis, travesseiros e fronhas, para maior conforto das crianças. Responsabilizar-se pelas crianças que aguardam os pais após o horário de saída da creche, zelando pela sua segurança e bem-estar; Fazer a limpeza e desinfecção dos brinquedos e demais equipamentos de recreação; Oferecer e/ou administrar alimentação as crianças nos horários pré-estabelecidos, de acordo com o cardápio estipulado por faixa etária; Cuidar da higienização das crianças visando à saúde e bem estar; Estimular a participação das crianças nas atividades de grupo como jogos e brincadeiras, visando o desenvolvimento das mesmas; Fazer anotações nas agendas das crianças relatando os acontecimentos do dia para manter as mães informadas; Auxiliar nas atividades pedagógicas de acordo com a orientação da professora; Zelar e controlar os objetos e roupas individuais das crianças e da creche; Executar atividades correlatas. (DONA INÊS, 2015, s/p).

Ou seja, o monitor deve estar à total disposição para executar tarefas diversas, é o dito “pau para toda obra”, sempre à disposição do professor para lhe auxiliar, bem como se doar para atender as crianças nos mais diversos âmbitos, este é o propósito maior do profissional que atua com a criança, garantir o seu bem estar, e que seu desenvolvimento seja integral. Geralmente o seu trabalho está voltado mais para cuidar das mesmas, embora também seja de sua atribuição o cunho pedagógico, uma vez que cuidar e educar são ações inseparáveis.

Entretanto, quando o monitor (a) desenvolve atividades de cunho pedagógico, estas são apresentadas como caráter complementar, a configuração dá-se em informar aos (as) professores (a) sobre as crianças, trazendo elementos significativos para a análise de

² Município onde a pesquisa foi realizada.

acompanhamento ao desenvolvimento delas, portanto no que compete a função pedagógica do (a) monitor (a) é de fornecer dados, assim “a dimensão pedagógica da avaliação é tarefa principal da professora e complementar da monitora” (KOPCAK, 2009, p. 55).

De acordo com Dejours (1992), o trabalho é uma fonte de sentido para quem a vivencia, pois carrega um enorme significado, sendo constituído historicamente em conformidade com a organização do trabalho. Entendida como divisão dos homens por meio das hierarquias, repartições de responsabilidades e sistemas de controle, com o objetivo de realizar as tarefas em sua divisão.

Propensa à constituição histórica dessa profissão, por efeito a organização do trabalho e as divisões de tarefas que procedem a um sistema de hierarquias origina paradigmas em torno do profissional monitor (a) da educação infantil.

Essa profissão gera paradigmas, os quais dificultam a valorização trabalho desses profissionais, chegando a desqualificá-los. Embora muitas vezes desenvolvam quase os mesmos serviços que o professor, diante da ambiguidade de distinção entre essas profissões, ao imaginarmos uma questão de hierarquia, comprovamos que o trabalho do monitor está abaixo e torna-se mão de obra barata.

Dessa forma, os paradigmas que permeiam essa profissão são inúmeros, mas que se interligam. Ao analisarmos o paradigma de exclusão vivenciado por tais profissionais, imaginemos como exemplo: que são excluídos de ações pedagógicas, muitos pais não os tratam como educadores e, dessa forma, podem ocorrer episódios negativos.

Podemos perceber esses paradigmas a respeito das ideias formadas em relação ao serviço que desenvolvem os monitores como sendo estigmatizados. Vejamos algumas situações que estigmatizam essa profissão. São essas: como se igualando a um cargo de vigilante, que trata do monitor (a) como aquele que vigia as crianças; ou comparado a um trabalho doméstico, uma vez que suas atribuições são voltadas para cuidar e dar assistência, que são ações desenvolvidas no âmbito doméstico nos cuidados com as crianças; também é visto como um auxiliar, porque auxilia o professor disponibilizando informações, dados a respeito dos alunos; tem a imagem retratada de cuidador, pois é visualizado como aquele que apenas tem o compromisso de zelar e cuidar das crianças; e considera-se uma função materna, uma vez que essa profissão é executada na grande maioria por profissionais do gênero feminino, por ter como referência que a mulher tem mais jeito com criança, que tem o dom, tem o instinto por ser mulher, traz em si habilidades para desenvolver tal papel.

Os padrões estabelecidos, que ocasionam distinções entre professor/monitor vão muito além das questões de diferenças no serviço e separação das ações. “Essas diferenciações estão

ligadas à escolaridade, ao salário e também ao tempo de permanência no trabalho, como a carga horária de trabalho, que ambas as profissões disputam.” (DÖRR, 2018, p. 19).

No entanto, essa ambiguidade em relação a separar as ações desses profissionais compromete o ensino, visto que é notório que somente quando trabalham em consonância podem desenvolver melhor as atividades. Dessa forma, impulsiona a serem melhores profissionais. Logo, com as melhorias em suas práticas, possibilitam o cumprimento do dever e efetuam o desenvolvimento integral das crianças. Assim, tornam-se uma via de mão dupla – ao passo em que aperfeiçoam a prática, tornam-se melhores profissionais – e promovem a qualidade no ensino.

Assim sendo, é de grande relevância o trabalho em equipe, objetivando superar a dicotomia do cuidar e do educar. Uma vez que ambos atuam diretamente com as crianças, devem ser considerados educadores, pois participam ativamente da vida educacional delas.

É imprescindível que os paradigmas em torno dessa profissão sejam superados, porque, segundo Kopcak (2009), esses arquétipos moldam uma imagem de insignificância do profissional monitor da Educação Infantil, o que ocasiona sentimentos de insatisfação afetando o seu trabalho, provocando desgaste físico, mental e emocional, prejudicando e trazendo prejuízos em todo o processo educacional.

Podemos dizer, portanto, que cada profissional da educação tem relevância na formação dos alunos, principalmente aqueles que trabalham diretamente e estão a todo tempo com eles, a exemplo dos monitores (as). Levando em conta a carga valorativa relativa ao *status* de educador, é imprescindível que a equipe gestora propicie espaços formativos para esses profissionais. Somente a partir de um bom preparo que esses profissionais estarão aptos para desenvolverem melhor os serviços em prol do desenvolvimento das crianças. Para além do que muitos pensam, o trabalho do monitor (a) não diz respeito a ser apenas um auxiliar, que trata dos cuidados básicos, por estar em contato e a todo o momento presente e acompanhando cada aluno em sua trajetória, contribui de maneira significativa em sua educação.

Percebemos que, optar por investir na formação desses profissionais é uma estratégia interessante, pois por meio desse investimento se encontra o caminho certo para promover melhorias no ensino e aprendizagens, diante da relação entre a escola e os alunos, podem chegar a ser um agente de transformação na vida desses sujeitos.

Buscando averiguar como ocorre a realidade do trabalho do monitor (a), seus conhecimentos e sentimentos em relação a esta profissão, as próximas leituras discorrem sobre a metodologia deste trabalho e a pesquisa de campo que foi realizada.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, iremos abordar sobre o percurso de como ocorreu o processo metodológico utilizado para este estudo. Para realizar a pesquisa, de início houve um levantamento de referencial bibliográfico, discorrendo sobre a importância que tem essa etapa na educação, apresentando aspectos da história da Educação Infantil, as leis e documentos que regem essa área. Além disso, foi discutido sobre o profissional atuante nessa modalidade, e em específico a respeito do monitor (a) da Educação Infantil. Esse embasamento do conteúdo trouxe contribuições significativas para a compreensão do trabalho deste profissional, promovendo saberes importante a fim de melhor desenvolver a pesquisa de campo.

3.1 Tipo de Pesquisa

A abordagem metodológica para desenvolver esse estudo, configura-se na perspectiva da pesquisa qualitativa e exploratória, partindo da compreensão apontada por Bruno Taranto (2011):

A coleta de dados qualitativos é um processo que exige muito rigor do pesquisador, porque a observação do fenômeno estará certamente impregnada pela história pessoal daquele que observa. Isso não quer dizer que os dados qualitativos sejam neutros quanto à sua coleta. Contudo, ao mensurar a realidade busca-se inibir a subjetividade, o que não é possível quando tal realidade existe do ponto de vista do sujeito, caso das pesquisas qualitativas. (p.188).

O intuito é coletar os dados e interpretar diante da realidade, analisando o conteúdo e procurando não deixar que a nossa opinião interfira.

3.2 Público-Alvo

O local da pesquisa ocorreu no município de Dona Inês/PB, em que os sujeitos da pesquisa foram 4 (quatro) monitores (as), dentre efetivos e contratados, que estavam atuando na rede pública. Como também, foi aplicado questionário em 20 (vinte) professores (as) da Educação Infantil e Pré-escola. Visto que, são esses que geralmente atuam juntamente com os (as) monitores (as), houve essa necessidade de também os incluir na pesquisa, com o intuito de analisar a sua percepção sobre a profissão do monitor da educação infantil.

3.3 Instrumento de Pesquisa

O instrumento de pesquisa utilizado para a coleta dos dados foi optado por questionários (Apêndice A e B) realizados de forma virtual, disponibilizados pela plataforma *Google Forms*, compostos por perguntas semiestruturadas, com questões abertas e fechadas. De início é indagado sobre a identificação dos profissionais e logo após são realizadas 10 (dez) questões sobre a profissão em estudo para os monitores, e 07 (sete) no questionário para os professores, visando obter as informações necessárias sobre a compreensão dos participantes, sentimentos e atribuições da profissão em estudo.

3.4 Análise dos Dados

Por fim, a análise foi realizada a partir das contribuições do referencial teórico. Além disso, buscou-se para a interpretação e análise dos dados, procuramos não interferir com nossa opinião diante os dados disponibilizados pelos participantes da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo iremos apresentar os dados obtidos pelos participantes, os resultados e discussões os quais direcionaram a pesquisa de campo acerca da profissão em estudo. Dessa forma, buscamos conhecer os desafios enfrentados pelas monitoras da Educação Infantil, como também a importância que possuem no âmbito escolar.

Iniciaremos expondo os dados aferidos sobre os perfis dos profissionais que atuam no âmbito da Educação Infantil no município de Dona Inês/PB, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 1

Gênero	Categoria		Total
	Masculino	Feminino	
Monitor	1	3	4
Professor	2	18	20
Total	3	21	24

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Conforme os dados expostos na tabela 1, podemos destacar que o perfil dos profissionais da Educação Infantil é de predominância do sexo feminino, sendo 3 (três) monitoras e 18 (dezoito) professoras. Diante da constatação dessa profissão, Cerisara (2002) expõe que:

Sem pretender uma definição acabada do perfil das profissionais de educação infantil, pode-se afirmar que elas têm sido mulheres de diferentes classes sociais, de diferentes idades, de diferentes raças, com diferentes trajetórias pessoais e profissionais, com diferentes expectativas frente à vida pessoal e profissional, e que trabalham em uma instituição que transita entre o espaço público e o espaço doméstico, em uma profissão que guarda o traço de ambiguidade entre a função materna e a função docente. (CERISARA, 2002, p. 25-26 *apud* KOPCAK, 2009, p.64).

Dessa forma, até mesmo nos dias de hoje existe essa ligação da função docente estar relacionada à função materna. Logo remete ao sexo feminino, confirmando a ideia de que cuidar de criança é tarefa de mulher, afirmando o paradigma de que elas levam jeito, têm o dom, nasceram para cuidar de crianças e assim são as pessoas adequadas para desempenhar este papel.

A aplicação do questionário aos monitores foi direcionada para poucas pessoas, porque são os que estão atuando na rede pública municipal de ensino. Como não está havendo aula presencial, ainda não foram contratados, vejamos a tabela 2:

Tabela 2

Situação de trabalho	Categoria		Total
	Efetivo	Contratado	
Monitor	3	1	4
Professor	15	5	20
Total	18	6	24

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Conforme podemos averiguar, apenas 1 (uma) monitora encontra-se contratada, os outros 3 (três) profissionais são efetivos do último concurso que ocorreu no município. Entre os 20 (vinte) professores da educação infantil, 15 (quinze) são efetivos e 5 (cinco) contratados.

Outros dados relevantes que levantamos, diz respeito à formação desses profissionais:

Tabela 3

Formação acadêmica	Categoria			Total
	Ensino médio	Graduação	Pós-graduação	
Monitor	2	2	0	4
Professor	0	7	13	20
Total	2	9	13	24

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Sendo assim, 2 (dois) monitores possuem ensino superior, e 2 (dois) apenas o ensino médio. Embora muitos acreditem que é um trabalho que não precisa de formação, conforme discute Kopcak (2009),

Ao olharem para o próprio trabalho de educação e cuidado da criança pequena, inscrito na memória coletiva e caracterizado ao longo de sua constituição histórica como uma tarefa eminentemente feminina, que não requisitaria formação profissional por ser um domínio, quase que natural, das mulheres, [...]. (p. 129).

Esse paradigma deve ser anulado visto que a formação é imprescindível, pois é muito importante para que os profissionais por meio dos conhecimentos adquiridos, tenham consciência de suas ações e assim desenvolvam um melhor trabalho com as crianças.

Dentre os professores, 13 (treze) possuem pós-graduação e 7 (sete) tem somente o ensino superior. Desse modo, observando que grande parte continuou seguindo em sua formação, logo, constatamos que compreendem o quanto a formação é significativa para que atuem com maestria.

Ao exercer a função de monitor da educação infantil, os monitores expõem que não houve uma preparação quando foram exercer a função, não houveram cursos de formações. Contudo, apenas uma diz que sim, o que talvez deva ser algum curso particular.

No que condiz ao tempo de serviço, observemos os dados levantados:

Tabela 4

Tempo de serviço	Categoria						Total
	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 20 anos	Acima de 20 anos	
Monitor	1	0	0	3	0	0	4
Professor	0	4	1	5	5	5	20
Total	1	4	1	8	5	5	24

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Portanto, 3 (três) monitores dizem ter 5 (cinco) anos ou mais, isto é, são os efetivos do concurso que ocorreu, e 1 (um) coloca como menos de um ano. Ou seja, ela não tem experiência da sala de aula, por ser novata, e diante estarmos no momento de aula não presencial talvez ainda não tenha tido a experiência de lidar com as crianças. No entanto, relacionado ao tempo de serviço dos professores os dados são bastantes variados: 5 (cinco) responderam que têm entre 5 (cinco) a 10 (dez) anos de serviço; 5 (cinco) respostas entre 10 (dez) a 20 (vinte) anos; 4 (quatro) pessoas de 1 (um) a 3 (três) anos; 2 (duas) pessoas fazem 21 (vinte e um) anos; 1 (uma) pessoa de 3 (três) a 5 (cinco) anos; 1 (uma) pessoa com 23 (vinte e três) anos; e 2 (duas), que têm maior tempo de serviço, fazem 24 (vinte e quatro) anos de profissão. Sendo assim, podemos observar que inúmeros já atuam há muitos anos, ou seja, tem uma bagagem significativa de experiências.

No que diz respeito à carga horária dos profissionais:

Tabela 5

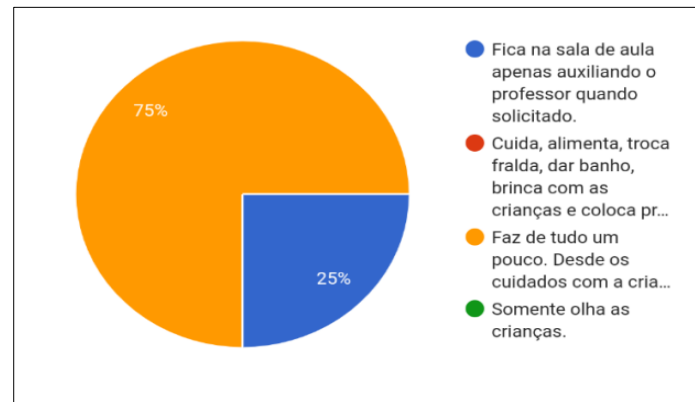
Carga horária semanal	Categoria			Total
	20 horas	30 horas	40 horas	
Monitor	0	0	4	4
Professor	2	7	11	20
Total	2	7	15	24

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Podemos observar que a jornada de trabalho semanal dos monitores equivale a 40 (quarenta) horas semanais, uma delas ainda especificou relatando que a carga horária diária segue o horário das 07h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min. Então é perceptivo que a demanda é bastante alta. Já a carga horária dos professores, 11 (onze) responderam seguir o regime de dedicação exclusiva, ou seja, de 40 (quarenta) horas semanais; 7 (sete) trabalham 30 (trinta) horas; e 2 (duas) pessoas trabalham 20 (vinte) horas. Desse modo, tiramos a conclusão de que os (as) professores (as) escolhem trabalhar mais para poder receber melhores salários, contudo os monitores não têm escolha, pois é obrigatório cumprir essa carga horária.

Ocorre que a demanda de suas tarefas é grande, além do mais, concordando com Kopkak (2009), os afazeres das monitoras exigem dos braços entre outros esforços físicos excessivos, devido aos cuidados e toda a assistência que devem proporcionar diariamente e intensamente por várias horas voltadas a um grande número de crianças. Logo, provoca um enorme desgaste físico, bem como mental e emocional, que poderão ser muito prejudiciais para esses profissionais.

A partir da segunda parte dos questionários, as perguntas foram voltadas à profissão em estudo. Na questão 01 direcionada aos monitores, indaga: “Como ocorre o trabalho/a rotina do monitor de educação infantil?”, da qual obtivemos as seguintes respostas:

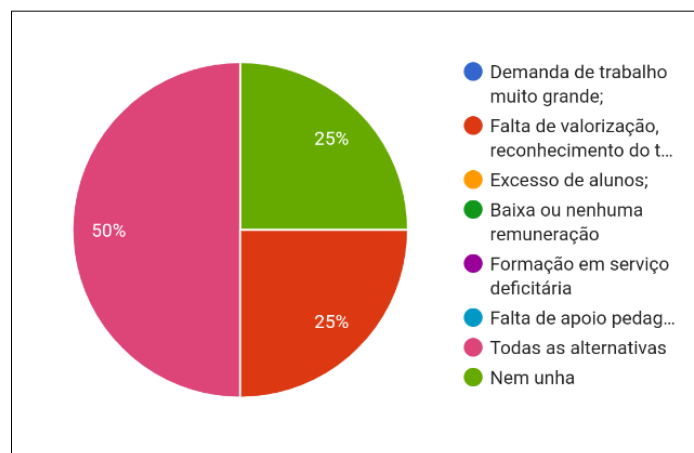
Gráfico 01: A rotina do monitor de educação infantil

Fonte: Pesquisadora, 2021.

O Gráfico 01 traz informações sobre como ocorre o trabalho do monitor, expondo sobre sua rotina. Podemos identificar a partir das respostas obtidas que o trabalho do monitor da educação infantil ocorre de forma que sua rotina tem inúmeras atividades, uma vez que 75% (setenta e cinco por cento) afirmou fazer de tudo um pouco, desde os cuidados com as crianças a auxiliar no ensino. Entretanto, apenas 25% (vinte e cinco por cento) diz que somente auxilia o professor quando solicitado.

Dessa forma, compreendemos que o serviço do monitor é bem amplo e que tem uma rotina bastante movimentada. Contudo, muitas vezes por ser uma profissão que abrange diversos afazeres, e não algo totalmente definido, pode ocorrer que o profissional fique à espera de que lhe deem as coordenadas do que se deve fazer.

Em seguida realizamos a seguinte pergunta: “Quais as dificuldades/desafios que enfrentam nessa profissão?”. As respostas foram as seguintes:

Gráfico 02: Dificuldades e desafios da profissão do monitor de educação infantil

Fonte: Pesquisadora, 2021.

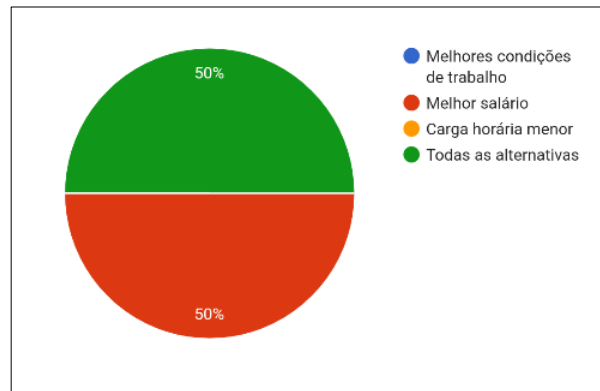
Percebemos que encontramos diversas dificuldades e muitos desafios nesta profissão a serem enfrentados, visto que 50% (cinquenta por cento) apontaram todas as alternativas, sendo essas dificuldades: a grande demanda de trabalho, a falta de valorização e reconhecimento do seu trabalho, excesso de alunos na sala de aula, baixa ou falta de remuneração, formação em serviço deficitária e a falta de apoio pedagógico. Tudo isso ocasiona uma insatisfação, que segundo Kopcak “é agravada quando o trabalhador está em contato com fazeres por ele considerados desinteressantes ou que lhe parecem inúteis e que não significam nada para um ideal social, remetendo, ainda, a ideia de desqualificação [...]” (2009, p. 60). É algo padecedor se sentir inútil ao desempenhar o serviço da melhor forma possível, provoca uma insatisfação e um desinteresse enorme.

Diante das muitas dificuldades enfrentadas no âmbito dessa profissão, poderíamos resumir como falta de respeito, pois se as condições de trabalho não são favoráveis essa é a palavra que mais se adequa. Conforme Kopcak (2009), ao citar as ideias de Caldeira (1984), o qual relata que pensar o trabalho significa,

[...] fazer referência a dois níveis da realidade intimamente relacionados. De um lado, o nível individual, do trabalhador na relação com sua profissão e seus projetos pessoais de mudança ou de manutenção dos papéis e lugares sociais ocupados, de ganhar mais, ter prestígio, reconhecimento, de sentir-se seguro na realização de sua atividade. De outro lado, o nível coletivo, quer da categoria profissional em que se inscreve, quer do conjunto de trabalhadores, também vislumbrando possibilidades de mudança ou de manutenção, de valorização e de reconhecimento, ou como palco de lutas, de disputas. (CALDEIRA, 1984 *apud* KOPCAK, 2009, P. 151).

Dessa forma, os desafios da falta de reconhecimento e desvalorização dessa profissão são bastantes precários. Consequentemente, esses impasses podem gerar disputas entre ambos (professor/monitor) devido à insatisfação profissional, promovendo a divisão do trabalho e assim prejudicando o ensino das crianças.

Em relação à indagação: “Quais perspectivas (O que espera de melhorias) em torno desta profissão?”. As respostas foram as seguintes:

Gráfico 03: Perspectivas dos monitores acerca de sua profissão

Fonte: Pesquisadora, 2021.

Resulta no Gráfico 03, que as perspectivas em relação ao que almejam nesse cargo são: melhores condições de trabalho, melhor salário, carga horária menor, entre outras condições que melhorem o serviço.

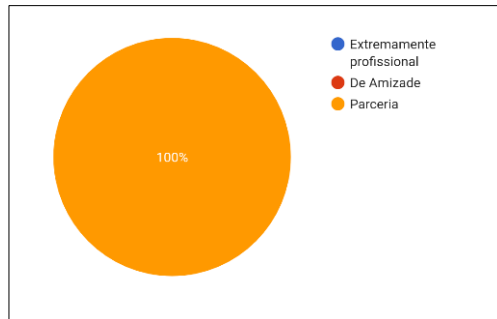
Verificamos que embora desejem melhorias em diversos âmbitos da profissão, se destaca a perspectiva pela melhoria salarial. Em consonância com Dejours (1992), os salários envolvem significações concretas, pois a partir do dinheiro podemos sustentar a família, viajar, pagar as dívidas e trazer melhorias para a casa, realizar nossos projetos, os sonhos que almejamos, além de podermos desfrutar de certos padrões de consumo. Mas também promove significação negativa em relação às limitações de materiais.

Embora não seja esse o único problema, ainda o mesmo autor expõe que “(...) não se esgota nos índices e nos salários. Trata-se mais da imagem de si que repercute no trabalho, tanto mais honroso se a tarefa é complexa, tanto mais admirado pelos outros se ela exige um know-how, responsabilidades, riscos.” (DEJOURS, 1992, p. 49 *apud* LIMA, 2005, p. 109). A identidade profissional, a imagem, é algo muito importante, é natural sentirmos essa necessidade de sermos reconhecidos e valorizados pelo trabalho que desempenhamos.

No que se refere à relação entre ambos os profissionais (professor/monitor), fizemos a seguinte indagação a os sujeitos da pesquisa: “Como é a relação com o professor/ monitor?”. As respostas foram:

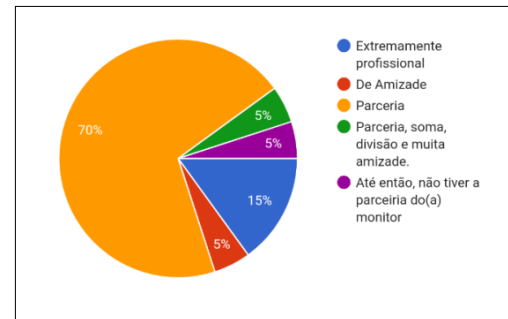
Gráficos 04: Relação entre ambos profissionais. (monitor/ professor)

(A)



Fonte: Pesquisadora, 2021.

(B)



Fonte: Pesquisadora, 2021.

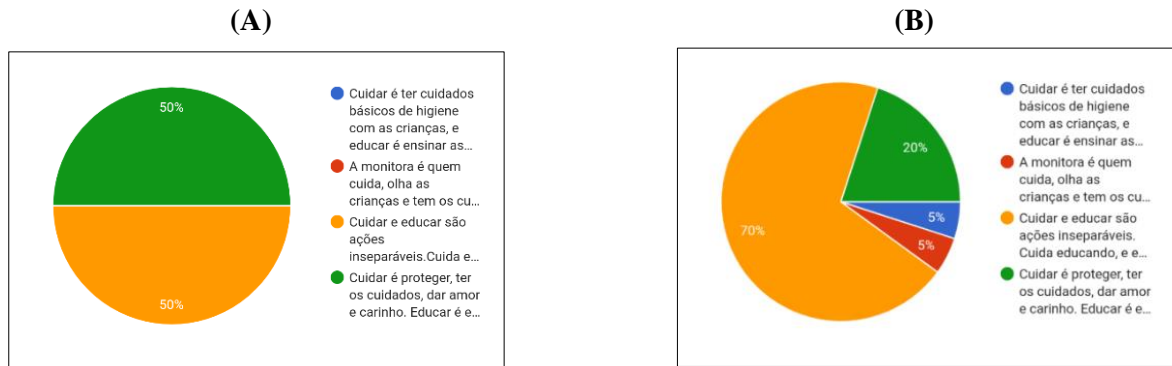
A partir dos informes pelos participantes, percebemos algumas divergências. No Gráfico 04 (A), houve um total de 100% (cem por cento), em geral os monitores dizem que a relação com o professor é de parceria. No entanto, o Gráfico 04 (B), os professores revelam diversas opiniões sobre como ocorre a relação entre ambos. Embora, a grande parcela de 70% (setenta por cento) tenham citado que é de parceria, houve diversas outras respostas, 15% (quinze por cento) colocam como extremamente profissional, 5% (cinco por cento) de amizade, 5% (cinco por cento) acrescentam que é de parceria, soma, divisão e de muita amizade, e outros 5% (cinco por cento) relatam que até então não teve parceria, ou seja, ainda não teve a oportunidade de trabalhar com um monitor.

Conforme a importância de que ambos profissionais trabalhem em parceria, Dörr (2018) evidencia:

É importante esclarecer que, apesar das várias ambiguidades que cercam estas profissões, é preciso que ambos os profissionais saibam trabalhar em equipe, uma vez que estão em prol do ensino e aprendizado das crianças de Educação Infantil. A própria literatura expressa que o profissional é aquele formado que trabalha na área, ou seja, o professor e o auxiliar são profissionais. (DÖRR, 2018, p. 20).

Logo, fica claro que ambos são educadores, pois trabalham na área estando em contato direto com as crianças, dessa forma tornam-se responsáveis pela educação das mesmas. Assim, para que o ensino seja ofertado da melhor forma é essencial que ambos profissionais busquem trabalhar em parceria.

Quando perguntamos aos monitores e aos professores: “O que compreende sobre o educar e o cuidar?”. Os sujeitos envolvidos declararam:

Gráfico 05: Compreensão do monitor/professor sobre o cuidar e educar

Fonte: Pesquisadora, 2021.

Fonte: Pesquisadora, 2021.

As respostas obtidas no Gráfico 05 (A) sobre a compreensão das ações educar e cuidar para os monitores mostra que: 50% (cinquenta por cento) entendem que cuidar e educar são ações inseparáveis, cuida educando e educa cuidando; e os outros 50% (cinquenta por cento) falaram que cuidar é proteger, ter os cuidados, dar amor e carinho. Educar, por sua vez, é ensinar bons modos, ensinar as tarefas, a ler e escrever. Desse modo, colocando essas ações como se fossem atribuídas separadamente.

Já no Gráfico 05 (B), podemos observar diante as respostas dos professores que as opiniões são diversas, embora grande parte compreenda que são ações inseparáveis. De acordo com as respostas, 70% (setenta por cento) diz serem ações inseparáveis, visto que se cuida educando e educa cuidando, entretanto 20% (vinte por cento) relatam que cuidar é proteger, ter cuidados, dar amor e carinho e educar é ensinar bons modos, ensinar as tarefas, a ler e escrever. Outros 5% (cinco por cento) apontam que cuidar é ter cuidados básicos de higiene com as crianças, e educar é ensinar as atividades. Os outros 5% (cinco por cento) dizem que a monitora é quem cuida, olha as crianças e tem os cuidados. Quem educa é os professores, através da aula.

Podemos concluir, portanto, que infelizmente ainda têm muitos profissionais que não compreendem o cuidar e o educar como sendo ações indissociáveis, em que não há separação nesses atos, pois, quando exerço um deles automaticamente contemplo o outro, pelo menos é assim que deveria ser, no entanto nem sempre é isso que acontece. De acordo com Pedrosa (2008):

Quem cuida protege, e quem protege atende a criança em suas necessidades físicas, de alimento, sono, higiene, conforto e prevenção da dor. Mas o cuidar é mais do que isso! É acolher a criança, encorajá-la em suas descobertas; é ouvi-la em suas necessidades, desejos e inquietações [...] (p. 35).

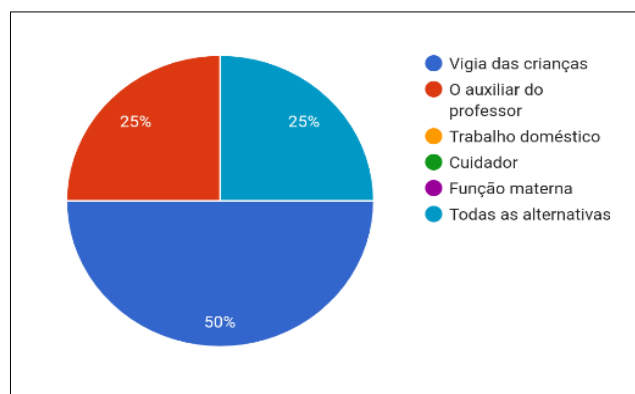
Em seguida, o autor continua discorrendo sobre a importância de trabalhar o cuidar, afirmando que cuidar da criança:

[...] é apoiá-la em seus desafios; é dosar as experiências e torná-las mais ao alcance da criança; é interagir com ela reconhecendo-se fonte de informação, de carinho e de afeto; é interpretar o sentido pessoal das suas descobertas e das suas conquistas. Portanto, cuidar é educar. Um binômio inseparável (PEDROSA, 2008, p. 35).

Dessa maneira, compreende-se que devemos proporcionar assistência à criança em todos os seus âmbitos em prol de uma formação integral, contemplando essas duas ações ao mesmo tempo, pois estas são inseparáveis, e o cuidar vai muito além de apenas assistir as necessidades físicas dos pequenos, por exemplo: quando é realizada a higiene, podemos ensinar sobre a importância dessas práticas para a saúde, que manter uma boa limpeza reduz as chances de adquirir doenças, trazendo diversos outros conhecimentos mediante o senso de limpeza, ensinamos a ter consciência sobre o próprio corpo, interações com objetos e ambientes, sobre organização, aprendizados importantes sobre como lidar com si e com o meio, são inúmeras as possibilidades de contemplar o cuidar e educar ao mesmo tempo. Mas, infelizmente ainda há muito a questão da divisão dessas duas ações entre professor e monitor, o que acaba sendo algo prejudicial para todo o processo de ensino e aprendizagem.

Por sua vez, indagamos aos monitores: “Quais paradigmas (ideia formada/modo de pensar) encontram-se nessa profissão?” Seguem as respostas obtidas:

Gráfico 06: Paradigmas acerca da profissão do monitor



Fonte: Pesquisadora, 2021.

Mostra o Gráfico 06 que a profissão do monitor da educação infantil acarreta diversos paradigmas, a ideia e modo de pensar a respeito dessa profissão, é revelado que: 50% (cinquenta por cento) enfatizaram que é considerado o vigia das crianças, 25% (vinte e cinco por cento) o auxiliar dos professores. E outros 25% (vinte e cinco por cento) consideraram que todas as

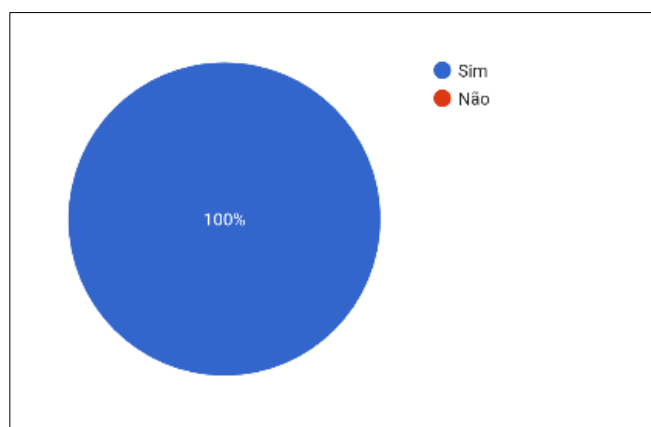
alternativas se encaixam, estas são: que o monitor é visto como o vigia das crianças, auxiliar do professor, cuidador, e muitas vezes considerado um trabalhador doméstico, cuja função é materna.

Logo, esses paradigmas que cercam de modo geral o profissional da educação infantil, de certa forma diminui a importância que este possui. Conforme expõe Silva (2016), “Enquanto não for reconhecida e valorizada por todos na sociedade, as instituições e os profissionais da área docente sofrerão com as dificuldades.” (p.23). À vista disso, é necessário que os profissionais e as instituições da área da educação infantil sejam vistos de outra forma, ou seja, sejam visualizados com mais importância e reconhecimento, e não como âmbito de depósito com cuidadores para dar assistência às crianças.

Infelizmente, esses conceitos impregnados no profissional e no âmbito da educação infantil são estigmatizados. Sendo que as atribuições impregnadas negativamente, originam de certo, pelo modo como ocorreu o percurso e de como foi construída a educação infantil. Dessa maneira, podemos perceber que conseqüentemente ainda permanecem nos dias atuais as taxações que foram postas acerca da profissão. Evidentemente, somente quando for reconhecida de fato a relevância que a educação infantil exerce nos indivíduos, haverá mais investimento e valorização desses que trabalham nessa área.

Assim sendo, perguntamos aos monitores: “Considera uma profissão importante?”. As respostas foram o seguinte:

Gráfico 07: Importância da profissão para os monitores



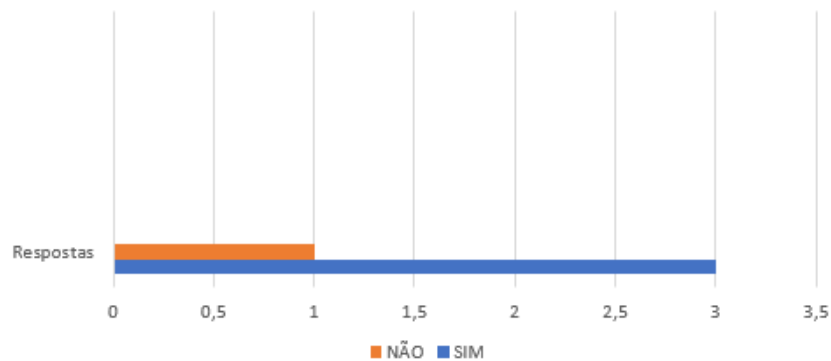
Fonte: Pesquisadora, 2021.

Percebemos diante o exposto no Gráfico 07, que mesmo com os percalços de paradigmas que cercam esta profissão de forma negativa, discutido anteriormente no Gráfico 06, os profissionais reconhecem a relevância da profissão. Pois, exibem que os monitores

reconhecem o valor de seu trabalho, em sua totalidade, 100% (cem por cento) consideram uma profissão importante. Segundo Dejours (1992): “[...] não há neutralidade dos trabalhadores em relação ao que eles produzem [e fazem].” (p. 51). Todo trabalho promove naquele que o executa sentidos, não tem como ser neutro. Uma vez que também são educadores, como também todos que estão inseridos trabalhando na área da educação exercem um papel educativo na vida das crianças. Visto que qualquer trabalho tem a sua importância, desde os mais simples e humildes cargos, pois precisamos um dos outros e cada um tem sua relevância.

No que diz respeito à questão: “Durante esse período em que atua houve alguma formação (cursos) por parte da secretaria de educação?”. Obtivemos como respostas:

Gráfico 08: Formações no período de profissão

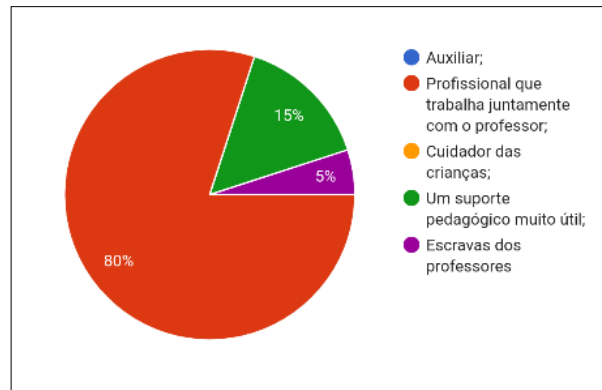


Fonte: Pesquisadora, 2021.

De acordo com o Gráfico 08, no total 03 (três) participantes passaram por formações, o que totalizou 75% (setenta e cinco por cento) das respostas. Por ter importância, deve ser investido na formação daqueles que fazem parte diretamente da construção da educação das crianças. Assim, discutindo sobre esse assunto relataram que ao longo da jornada de trabalho tiveram sim formação, apenas uma monitora expressa não ter participado. Certamente por ser contratada e ter pouco tempo de serviço.

Na pergunta direcionada aos professores: “Como enxerga o monitor da educação infantil?” As respostas foram:

Gráfico 09: Visão dos professores acerca do monitor da educação infantil.



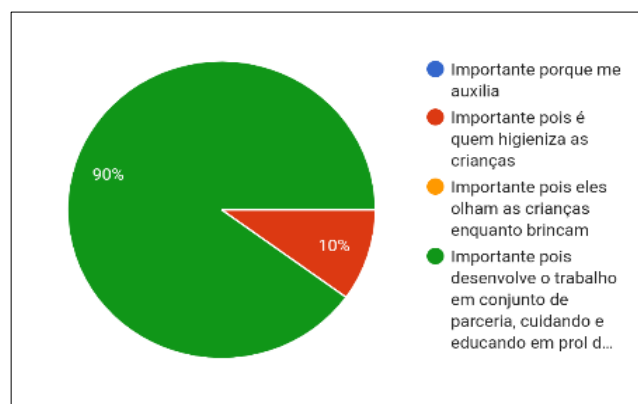
Fonte: Pesquisadora, 2021.

O Gráfico 09 nos mostra a visão dos professores acerca do monitor da educação infantil, em que: 80% (oitenta por cento) diz enxergar como um profissional que trabalha juntamente com o (a) professor (a). 15% (quinze por cento) disseram ser um suporte pedagógico muito útil, já 5% (cinco por cento) mencionou ser um escravo do professor, demonstrando que reconhece o quanto o monitor (a) é sobrecarregado de tarefas, além de ser considerada mão de obra barata.

É imprescindível que o docente enxergue o monitor como sendo também um educador, o considerando um parceiro em que está para somar com seu trabalho e juntos desenvolverem melhor as práticas em sala de aula, e assim, buscando oferecer um ensino-aprendizagem de qualidade, contemplando os direitos e possibilitando o desenvolvimento integral para seus alunos.

Perguntamos aos professores: “Em sua opinião, qual a importância do monitor?”. Obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 10: Importância do monitor para os professores.

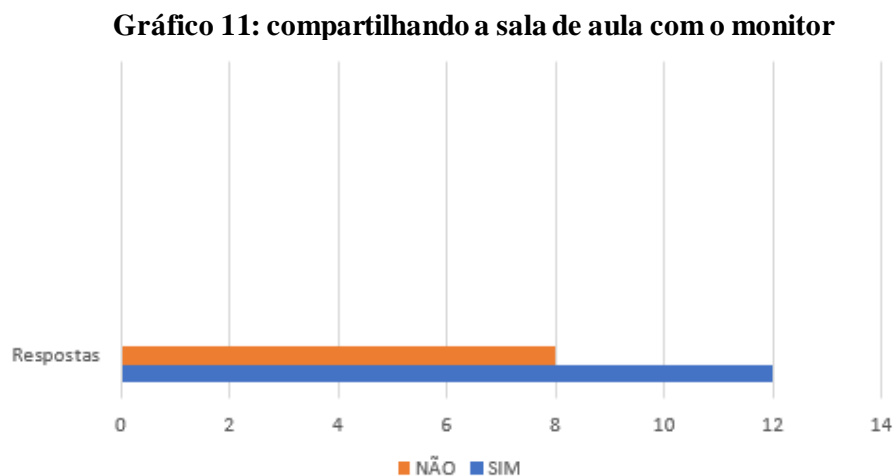


Fonte: Pesquisadora, 2021.

No Gráfico 10, podemos perceber que, compreende-se o quesito da importância que o mesmo possui. Logo, os (as) professores (as) sendo em concordância: 90% (noventa por cento) expõem que é importante, pois desenvolve o trabalho em conjunto de parceria, cuidando e educando em prol das crianças. Contudo, 10% (dez por cento) relata que é importante, pois é quem higieniza as crianças, assim, demonstrando que ambos não trabalham em conjunto, pois, infelizmente ainda tem essa divisão dos serviços, a qual se tem a ideia de que o monitor apenas cuida da higiene das crianças.

Em vista disso, podemos afirmar que a maior parte dos professores reconhece a importância desse profissional que está para somar e assim desenvolverem um melhor trabalho e oferecer melhor qualidade de ensino para os alunos. Embora uma pequena parcela ainda veja esse profissional como um mero ajudante que cuida da higiene das crianças, muitos professores os consideram como parceiro que desenvolvem o trabalho em conjunto.

Por sua vez, perguntamos: “Já dispôs de um monitor na sua sala de aula?”. As respostas foram:



Fonte: Pesquisadora, 2021.

O Gráfico 11, revela que nem todos já tiveram a experiência de trabalhar com um monitor, onde 12 (doze) participantes relatam já ter trabalhado e, em contrapartida, 8 (oito) responderam que não.

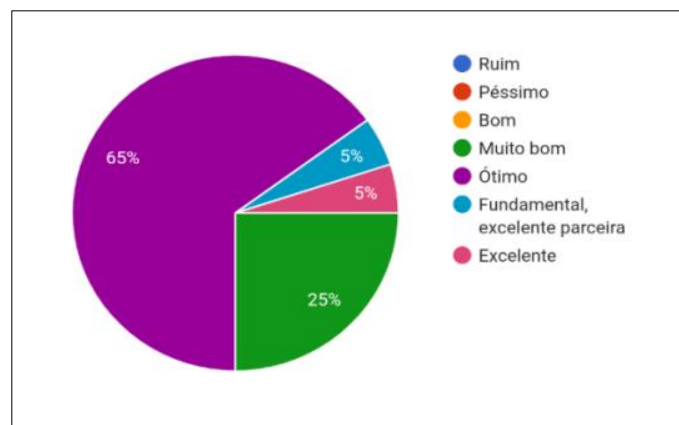
É relevante explicarmos que dentre as respostas negativas existem professores novatos que devido ao período da pandemia³ não tiveram o contato real da sala de aula, devido às aulas não estarem acontecendo normalmente, por isso não dispôs do profissional. Mesmo em

³ O ano de 2020 será lembrado mundialmente como aquele em que a pandemia do novo corona vírus atingiu mais de quarenta e três milhões de pessoas ao redor do planeta e tirou mais de um milhão e cem mil vidas. No Brasil, a desoladora crise sanitária já acometeu mais de quatro milhões e oitocentas mil pessoas, levando a óbito mais de cento e cinquenta e seis mil. (SAVIANI; GALVÃO, 2020, p. 36).

decorrência dessa porcentagem a qual não teve a oportunidade de trabalhar com um monitor (a) em sala de aula, foi possível responder as questões diante seus conhecimentos teóricos e reflexões.

Dessa forma, no questionário para os professores na pergunta: “Como classifica a experiência de trabalhar com monitor?”. Obtivemos o seguinte:

Gráfico 12: Classificação da experiência de se trabalhar com o monitor.



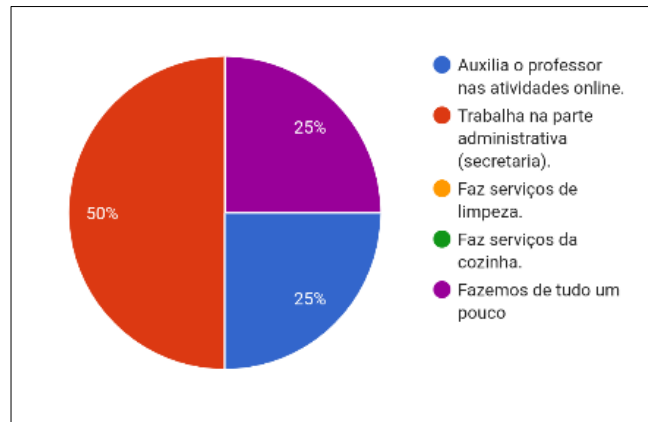
Fonte: Pesquisadora, 2021.

Com base nas respostas expostas no Gráfico 12, a grande parte dos entrevistados classifica a experiência de trabalhar com um monitor como sendo ótimo. Outro: que é muito boa, que é excelente, fundamental, uma excelente parceria.

Podemos concluir dessa forma que a relação entre ambos é muito boa, demonstram a partir de suas respostas que trabalham de forma amigável, em parceria, e não de maneira separada como deixaram a demonstrar em algumas respostas. Quando há uma boa relação entre os profissionais torna-se muito positivo, pois todos saem ganhando, especialmente as crianças, as quais mais se beneficiam com o trabalho sendo realizado em coletivo. E, diante o momento em que vivemos atualmente de grandes desafios devido à pandemia, é imprescindível que o trabalho seja realizado em conjunto.

Evidentemente o período o qual estamos vivendo não está sendo fácil. Durante a pandemia em que tudo "virou do avesso" e nossas vidas mudou totalmente, diante as aulas remotas a profissão do monitor meio que ficou "à deriva" sem função.

Ao perguntar para os monitores: “qual função está desempenhando durante a pandemia?”. Obtivemos as seguintes respostas:

Gráfico 13: Função do monitor em tempos de pandemia

Fonte: Pesquisadora, 2021.

O Gráfico 13 revela que a função exercida é bastante diversa: desde trabalhar na secretaria, como auxiliar o professor nas atividades on-line, e ainda uma monitora relatou que faz de tudo um pouco, o que se configura aquela expressão que já citei "pau para toda obra".

Desta forma, diante os vários serviços que o monitor da educação infantil exerce, digamos que acaba por ficar meio perdido, e surge a indagação: cuidado ou educo? Qual o papel desse profissional? Quais serviços devem exercer? Será que este trabalho tem importância? São questionamentos a se refletir para compreendemos sobre aspectos desse profissional. No entanto, o objetivo desse trabalho não é querer mostrar que o monitor é um pobre coitado ou comparar profissões, e sim identificar como se consolidou esta profissão, diante dos paradigmas que a originam, contudo mostrar a importância que este profissional suscita por atuar diretamente com as crianças e que este como qualquer outra profissão merece respeito, reconhecimento e valorização.

Ao final, ainda foi perguntado tanto para o professor como monitor se ainda havia algo que eles gostariam de falar que não foi perguntado sobre o monitor da educação infantil. À vista disso, os monitores não declararam nada. Já 4 (quatro) professores fizeram pequenos relatos, enquanto alguns colocaram que não tinham nada a declarar e outros não responderam.

Os comentários declarados pelos professores trazem indícios da importância que esse profissional possui. Vejamos:

“O monitor é um outro professor na sala de aula, portanto, toda a parceria é fundamental entre os dois, muitas vezes só tem nome de monitor, porém sua ação é equivalente a um professor”

“Principalmente nesses tempos atuais que vivemos o monitor é de extrema importância na comunidade escolar”

“É um profissional indispensável em turmas de educação infantil.”

Nas falas dos (as) professores (as) demonstram a relevância do profissional monitor (a), de como é essencial à atuação desses no âmbito da educação infantil. Todavia, uma professora relata que: “Durante os 24 anos de trabalho em sala de aula com Educação Infantil foram poucas as oportunidades de trabalhar com monitores e não tive êxito, pois eram pessoas que não tinham preparação. Mas conheci alguns com dedicação e capacidade”. O seu argumento, torna-se um pouco contraditório, em vista que de início ela fala que são pessoas que não têm preparação, mas que ela conheceu alguns que tinham capacidade, dessa forma não são todos que não têm um bom desempenho, existem monitores que até mesmo têm ensino superior, e como comprovamos no comentário de uma das professoras é equivalente a um professor.

Dessa forma, todas essas questões e argumentos obtidos na pesquisa nos faz refletir sobre as atribuições que são direcionadas à profissão do monitor (a) da Educação Infantil, na dicotomia do cuidar e do educar, os paradigmas que envolvem esse profissional acaba por desvalorizar a importância que este detém, pois, por serem os que atuam com as crianças, que está diretamente em contato e muitas vezes são mais próximos delas do que os professores, têm grande relevância.

Os resultados apontam, que mesmo diante dos avanços que a Educação Infantil fez ao longo desses anos, os paradigmas criados em torno dos profissionais desse âmbito educacional (em específico o monitor) ainda permanecem na atualidade. É preciso ser investido bastante para que tenhamos de fato uma educação de qualidade e consequentemente melhores profissionais preparados para atender nossas crianças de forma íntegra em seu desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da jornada deste trabalho, diante da pesquisa bibliográfica, a qual foi possível compreender melhor como se configurou esta profissão, podemos verificar que os paradigmas se originam devido ao contexto como se deu a história da educação infantil. E na realização da pesquisa comprovamos que perpassa sobre o profissional monitor (a) até mesmo nos dias de hoje o que não é diferente de como o professor é visto, uma vez que ambos são profissionais da mesma área.

Comprovamos que o cuidar e o educar ainda são considerados ações distintas, trabalhadas separadamente, as quais têm como divisão o monitor, que faz a parte de cuidar das crianças, enquanto o professor fica com a parte de educar as mesmas. No entanto, não era assim que deveria proceder, pois esses atos devem estar em consonância, interligados no serviço desses profissionais tanto o professor quanto o monitor devem contemplar estas duas ações para que assim atinja o objetivo de contribuir na formação humana daquele indivíduo de forma íntegra.

No decorrer da pesquisa fica evidente a importância que tem o profissional monitor (a) da educação infantil uma vez que são eles que atuam diretamente com as crianças, como estão sempre em convívio, então entendem melhor as suas necessidades muitas vezes por estar a todo momento junto com as mesmas, até mesmo, mais do que o professor. Logo, é importante que estes tenham conhecimentos, formações para melhor desempenhar o seu ofício, buscando como finalidade melhor oferecer um ensino-aprendizagem aos alunos.

Neste sentido, diante os resultados obtidos na pesquisa pode-se perceber que embora o profissional seja de grande importância, ainda é uma profissão muito desvalorizada, que não é reconhecida em sua devida magnitude. Mesmo com os professores demonstrando por meio de suas respostas reconhecer a relevância que se tem o trabalho do monitor, e também os próprios monitores reconhecerem a importância que eles têm no âmbito educacional, ainda há vestígios dessa desvalorização e falta de reconhecimento do seu trabalho.

Portanto, permeia a dúvida: cuidar ou educar? Devido essa separação das ações, o (a) monitor (a) fica nesse dilema exatamente por causa dessa divisão que foi imposta e construída histórica e socialmente, dadas essas circunstâncias origina-se os paradigmas acerca da profissão do monitor da educação infantil, que resulta na desvalorização do seu trabalho.

Concomitantemente, diante da falta de reconhecimento do seu serviço atinge negativamente o seu desempenho. Logo, a dicotomia do cuidar e educar vai interferir diretamente na contemplação do desenvolvimento integral das crianças. Assim, evidencia a

importância que o (a) monitor (a) possui para o âmbito educacional e conseqüentemente para as crianças.

Assim sendo, toda a pesquisa, desde o referencial teórico aos resultados das análises, foi de grande contribuição para o âmbito acadêmico, servindo para ampliar a nossa percepção a respeito dessa profissão, sobre a importância do trabalho, e de todos que compõem o âmbito educacional. Pois, cada um contribui de maneira significativa na construção da formação da criança e priorizar essa formação humana para uma formação íntegra, a qual promova o desenvolvimento amplo das mesmas é o que objetiva a educação. Dessa forma, esperamos que mais pesquisas sejam ampliadas e desenvolvidas buscando como objetivo discutir e refletir a educação infantil, porque ela é a base do futuro das nossas crianças.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dona Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZERRA, Aurília Coutinho. **A inserção das creches no sistema de ensino: conquistas, perspectivas e desafios**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação, 2007.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Senado Federal Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 24. jun. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.274 de 6/02/2006** – Dispõe sobre a duração mínima de nove anos para o Ensino Fundamental com matrícula obrigatória a partir dos seis anos. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11274.htm. Acesso em: 24. jun. 2021.

_____. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e da outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2013.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. V.1.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB 020/2009, aprovado em 11/11/2009.

CRAIDY, Carmem Maria. A educação infantil e as novas definições das legislações. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. (Orgs). **Educação Infantil Pra que te quero?**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. **Em Aberto/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. V 18, n.73. Brasília, 2001. p. 11-28.

DONA INÊS-PB. **Edital de concurso público nº 001/2015**. Disponível em: <https://www.acheconcursos.com.br/edital-concurso/edital-concurso-prefeitura-dona-ines-pb-2015>. Acesso em: 08 jul. 2021.

DÖRR, Bruna Cristina. **“Quebra-galho?” O trabalho do Monitor na Educação Infantil**. 2018. Monografia (Graduação em Pedagogia). Universidade do Vale do Taquari- Univates, Lajeado, 2018.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (Org). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Adriane. Formação de educadores em serviço: construindo sujeitos, produzindo singularidades. In: KRAMER, Sônia et al (Orgs). **Infância e educação infantil**. 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

KOPCAK, Sarah Cristina Peron. **No encontro, os sentidos: efeitos da formação de monitores de Educação Infantil**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação/ UNICAMP, Campinas, 2009.

KRAMER, Sonia. Currículo de Educação Infantil e a Formação dos Profissionais de Creche e Pré-escola: Questões Teóricas e Polêmicas. In: Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil./ MEC/SEF/COEDI. – Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

KUHLMANN JÚNIOR. Moisés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos, (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 3-30 (Coleção educação contemporânea).

LIMA, M. da Luz Santos de. **Um recorte sobre a história da educação infantil**. 2011. Monografia (Graduação em Pedagogia) Departamento de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2011.

LIMA, Sandra Mara Maciel de. Autonomia versus heteronomia: impactos da tecnologia informacional sobre o trabalho na saúde. **Revista da FAE**, Curitiba, v.7, n. 1, 2011, p. 103-118.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MELO, Jennifer Silva. Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 2, 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/breve-historico-da-crianca-no-brasil-conceituando-a-infancia-a-partir-do-debate-historiografico>. Acesso em: 16 jun. 2021.

MONTESSORI, Maria. *Mente Absorvente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1949.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Creches: Crianças, faz de conta & Cia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, M. Cristina Gomes. A História da Educação Infantil no Brasil: Avanços, Retrocessos e Desafios dessa Modalidade Educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 33, p. 78-95, mar. 2009.

PEDROSA, M. I. Vamos observar cuidadosamente a criança do berçário. In: RAMOS, T. K. G.; ROSA, E. C. S. (Org.). **Os Saberes e as falas de bebês e suas professoras**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2008.

PEREIRA, Orlando Antônio. **Crescimento e desenvolvimento**. Alfenas: UNIFENAS, 2011.

RIZZINI, Ireni. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência no Brasil**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZO, Gilda, **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SAVIANI, Demerval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na Pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade e Sociedade**. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, nº 67, p. 36-49, 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em: 20 de mar. 2021.

SILVA, Jaffna Suyane Abrantes. **Cuidar e educar para professores (as) e monitores(as) das creches municipais da cidade de Cajazeiras- PB**. Cajazeiras: Universidade Federal de Campina Grande-Campus, 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MONITORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
ALUNA: ALINE BARBOSA DOS SANTOS
ORIENTADOR: VITAL ARAÚJO BARBOSA DE OLIVEIRA

Prezado informante,

Estamos realizando a pesquisa sobre “reflexões acerca do trabalho do monitor da educação infantil” e gostaríamos de contar com a sua colaboração em fornecer as repostas aos itens abaixo relacionados. Garantimos o anonimato e a preservação da sua identidade. Informamos que o uso das informações colhidas nesse estudo são exclusivos de pesquisa científica e acadêmica. Por fim, pedimos a sua autorização para divulgação das informações solicitadas e agradecemos a sua disposição em participar como informante de nosso estudo.

QUESTIONÁRIO PARA MONITORES

I - IDENTIFICAÇÃO:

- a) Sexo: () Feminino () Masculino.
- b) Situação de trabalho: () Efetivo () Contratado
- c) Formação: () Ensino Médio () Curso Superior () Pós graduação () Mestrado () Doutorado
- e) Fez algum curso ou teve alguma preparação pra ser monitor? () Sim () Não
- f) Carga horária de trabalho semanal: () 20 horas () 30 horas () 40 horas
outros: _____
- g) Tempo de serviço na instituição: () Menos de 1 ano () 1 a 2 anos () 3 a 4 anos () 5 anos ou mais

II – INFORMAÇÕES SOBRE A PROFISSÃO

1) Como ocorre o trabalho/a rotina do monitor de educação infantil?

- a) Fica na sala de aula apenas auxiliando o professor quando solicitado.
- b) Cuida, alimenta, troca fralda, dar banho, brinca com as crianças e coloca pra dormir.
- c) Faz de tudo um pouco. Desde os cuidados com a criança como também ensina.
- d) Somente olha as crianças.
- e) Outro: _____

2) Quais as dificuldades/desafios que você enfrenta nessa profissão?

- a) Demanda de trabalho muito grande;
- b) Falta de valorização, reconhecimento do trabalho;
- c) Excesso de alunos;
- d) Baixa remuneração e nenhuma gratificação
- e) Formação em serviço deficitária
- f) Falta de apoio pedagógico;
- g) Todas as alternativas
- h) Outros: _____

3) Quais perspectivas (O que espera de melhorias) em torno desta profissão?

- a) Melhores condições de trabalho;
- b) Melhor salário;
- c) Carga horária menor;
- d) Todas as alternativas.
- e) Outros: _____

4) Como é a sua relação com o professor (a)?

- a) Extremamente profissional
- b) De amizade
- c) Parceria
- d) Outros: _____

5) Qual a sua compreensão sobre o educar e o cuidar?

- a) Cuidar é ter cuidados básicos de higiene com as crianças, e educar é ensinar as atividades.
- b) A monitora é quem cuida, olha as crianças e tem os cuidados. Quem educa é os professores, dar a aula.
- c) Cuidar e educar são ações inseparáveis. Cuida educando, e educa cuidando.
- d) Cuidar é proteger, ter os cuidados, dar amor e carinho. Educar é ensinar bons modos, ensinar as tarefas, a ler e escrever.
- e) Outro: _____

6) Quais paradigmas (ideia formada/modo de pensar) encontram-se nessa profissão?

- a) Vigia das crianças;
- b) O auxiliar do professor;
- c) Trabalho doméstico;
- d) Cuidador
- e) Função materna
- f) Todas as alternativas
- g) Outros: _____

7) Considera uma profissão importante?

- Sim Não.

8) Durante esse período em que atua houve alguma formação (cursos) por parte da secretaria de educação?

- Sim Não.

9) Qual a função está desempenhando durante a pandemia?

- a) Auxilia o professor nas atividades online
- b) Trabalha na parte administrativa (secretaria)
- c) Faz serviços de limpeza

d) Faz serviços da cozinha

e) Outro: _____

10) Tem algo pra falar que não foi perguntado relacionado à profissão do monitor/a da educação infantil? Em caso afirmativo, explique.

Sim Não.

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO INFANTIL.**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
ALUNA: ALINE BARBOSA DOS SANTOS
ORIENTADOR: VITAL ARAÚJO BARBOSA DE OLIVEIRA

Prezado informante,

Estamos realizando a pesquisa sobre “reflexões acerca do trabalho do monitor da educação infantil” e gostaríamos de contar com a sua colaboração em fornecer as repostas aos itens abaixo relacionados. Garantimos o anonimato e a preservação da sua identidade. Informamos que o uso das informações colhidas nesse estudo são exclusivos de pesquisa científica e acadêmica. Por fim, pedimos a sua autorização para divulgação das informações solicitadas e agradecemos a sua disposição em participar como informante de nosso estudo.

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

I - IDENTIFICAÇÃO:

- a) Sexo: () Feminino () Masculino.
 b) Situação de trabalho: () Efetivo () Contratado
 c) Formação acadêmica: () Curso superior () Pós-graduação () Mestrado
 () Doutorado
 Outros: _____
 d) Tempo de serviço: () 1 a 3 anos. () 3 a 5 anos () 5 a 10 anos () entre 10 a 20
 anos
 Outros: _____
 g) Carga horária de trabalho semanal: () 20 horas () 30 horas () 40 horas

II – INFORMAÇÕES SOBRE A VISÃO ACERCA DO MONITOR

- 1) Como você enxerga o monitor da educação infantil?
- () Auxiliar;
 () Profissional que trabalha juntamente com o professor;

- () Cuidador das crianças;
 () Um suporte pedagógico muito útil;
 () Outro: _____

2) Em sua opinião, qual a importância do monitor?

- a) Importante por que me auxilia;
 b) Importante, pois é quem higieniza as crianças;
 c) Importante, pois eles olham as crianças enquanto brincam;
 d) Importante, pois desenvolve o trabalho em conjunto de parceria, cuidando e educando em prol do desenvolvimento amplo dos alunos.
 e) Outros: _____

3) Já dispôs de um monitor na sua sala de aula?

- () Sim () Não

4) Como é a sua relação com o monitor?

- a) Extremamente profissional
 b) De amizade
 c) Parceria
 d) Outros: _____

5) Qual a sua compreensão sobre o educar e o cuidar?

- a) Cuidar é ter cuidados básicos de higiene com as crianças, e educar é ensinar as atividades.
 b) A monitora é quem cuida, olha as crianças e tem os cuidados. Quem educa é os professores, dar a aula.
 c) Cuidar e educar são ações inseparáveis. Cuida educando, e educa cuidando.
 d) Cuidar é proteger, ter os cuidados, dar amor e carinho. Educar é ensinar bons modos, ensinar as tarefas, a ler e escrever.
 e) Outros: _____

6) Como classifica a experiência de trabalhar com monitor?

- () Ruim () Péssima () Boa () Muito boa () Ótima

7) Tem algo pra falar que não foi perguntado a respeito do profissional monitor/a da educação infantil? Em caso afirmativo, explique.

- () Sim () Não.
-